

Diário do Legislativo de 18/04/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB / PPS / PTB / PSC / PHS / PMN / PR / PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM:

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros Biondini BSD

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos DEM
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos DEM
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Moura Carlin PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputado Lopes Adalclever PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Presidente

Deputado João Padre PT Vice-Presidente

Deputado Neiva Getúlio PMDB

Deputado Carlos Arantes Antônio DEM

Deputado Uejo Chico PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Ferramenta Cecília PT

Deputado Abramo Gilberto PMDB

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de BSD Presidente
Andrada

Deputado Agostinho Patrús PV Vice-Presidente
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Tosta Walter BSD

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Carlos Arantes Antônio DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 11ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o MDB Pelo Transcurso dos 40 Anos de Sua Fundação e ao Lançamento do Livro "A História de Um Rebelde", do Ex-Deputado Tarcísio Delgado

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Itamar de Oliveira - Palavras do Sr. Tarcísio Delgado - Entrega de placa - Palavras do Deputado Federal Mauro Lopes - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Antônio Júlio - Carlin Moura - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wander Borges, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Mauro Lopes, Secretário-Geral do PMDB Nacional, representando o Presidente do Partido, Deputado Federal Michel Temer; Deputado Federal Fernando Diniz, Presidente do PMDB de Minas Gerais; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão do Exército, General João Roberto de Oliveira; ex-Senadores Alfredo Campos e Ronan Tito; Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos, representando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Vereador Geraldo Félix, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; ex-Deputado Federal Tarcísio Delgado; Joaquim de Melo Freire, ex-Presidente do PMDB; e o ex-Deputado Estadual Genésio Bernardino, ex-Presidente desta Casa; a Exma. Sra. Professora Aparecida Moura, representando o PMDB Mulher; e os Exmos. Srs. João Alberto Paixão Lages, Presidente do PMDB Jovem; e Deputado Adalclever Lopes, representando a Bancada do PMDB nesta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Deputado Federal Antônio Andrade e dos ex-Deputados Genival Tourinho, Tarcísio Henriques e Marcos Tito.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o MDB pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação e ao lançamento do livro "A História de um Rebelde", do ex-Deputado Tarcísio Delgado.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Musiarte, sob a regência do maestro Edvandro Antônio da Silva.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Sr. Itamar de Oliveira, 1º-Secretário do PMDB de Minas Gerais, que falará em nome da militância do partido.

Palavras do Sr. Itamar de Oliveira

Exmos. senhores e senhoras, no início deste pronunciamento deixo de cumprimentar os membros da Mesa individualmente, porque à militância se permite um pronunciamento informal. Minha primeira palavra é de agradecimento ao Deputado Adalclever Lopes e ao Deputado Federal Fernando Alberto Diniz. O primeiro, na qualidade de Líder da bancada estadual; o segundo, na Presidência do Diretório Estadual do PMDB de Minas Gerais. Na verdade, são eles os propositores desta homenagem de todo o PMDB mineiro ao nosso companheiro Tarcísio Delgado e aos 40 anos da trajetória do PMDB.

Uma belíssima história, que, graças ao apoio da Fundação Ulysses Guimarães, presidida pelo ex-Governador Moreira Franco, e à sensibilidade do Presidente Nacional do PMDB, Deputado Federal Michel Temer, está agora registrada em um grande livro, que daqui a pouco será autografado e lançado publicamente, nesta Casa de representação política do povo de Minas Gerais.

Minha missão é impossível. Coube-me a honra de falar em nome do partido numa solenidade em homenagem a uma de nossas lideranças mais expressivas e na festa de lançamento de um livro - "A História de um Rebelde" - que preserva para as futuras gerações a trajetória do maior partido democrático brasileiro ao longo de 40 anos.

Início, pois, esta tentativa de cumprir a pauta, porque continuo aprendiz de repórter, evocando algumas figuras da nossa história. Peço permissão ao Presidente Fernando Alberto Diniz para homenagear Camilo Nogueira da Gama, Jorge Ferraz, Fued Dibb, Joaquim de Melo Freire, Armando Costa e Saraiva Felipe, ex-Presidentes do PMDB.

Peço a todos, especialmente aos membros da nossa bancada estadual, que prestemos nosso reconhecimento a Amílcar Padovani, Aníbal Teixeira, Carlos Cotta, Dalton Canabrava, Emílio Haddad, Eurípedes Craide, Fábio Notini, Fuhad Sahione, Joaquim Mariano da Silva, Jorge Ferraz, José Luiz Baccharini, José Raimundo Soares, Néelson Lombardi, Nilson Gontijo, Raul Belém, Sebastião Fabiano, Sílvio Menicucci, Targino Raymundo e Wilson Tanure, integrantes da primeira bancada estadual do MDB na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Peço a todos, especialmente aos membros da nossa bancada federal, a devida vênia para relembrarmos Aquiles Diniz, Celso Passos, Edgard da Mata Machado, João Hercúlio, José Maria Magalhães, Milton Reis, Nysia Carone, Pe. José Nobre, Renato Azeredo, Simão da Cunha e Tancredo de Almeida Neves, integrantes da primeira bancada do MDB de Minas Gerais na Câmara dos Deputados.

Peço ainda que evoquemos as figuras de Itamar Franco, Alfredo Campos, Ronan Tito, José Alencar Gomes da Silva e Hélio Costa, Senadores do PMDB de Minas Gerais.

Um partido que preserva sua memória está mais apto a escrever sua própria história. E hoje é um dia muito especial para evocar o passado, iluminar o presente com nossas inquietações e tratar rápido de buscar um futuro melhor para todos os brasileiros, como almejam Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Theotonio Vilela.

Existem homens que nascem para contemplar o mundo e são muito importantes, mas existem homens e mulheres que nascem para construir e transformar o mundo. Esses são os imprescindíveis, como diria Brecht. O nosso homenageado de hoje é do time dos que lutam sempre.

Se tivéssemos de construir um monumento à fidelidade partidária, estaríamos diante de um modelo de homem público que hoje é minoria no cenário político nacional. Tarcísio é o companheiro de todos os companheiros. O homem que fez história. Tarcísio, todos sabemos, não discursa apenas: faz pregação partidária, política e democrática. É um pouco como Ulisses de Tróia, um sujeito com audácia para enfrentar os fuzis da ditadura. Turrão em quase tudo, mas sonhador, poético e quixotesco quando, em meio a tanta coisa triste na política e na sociedade, acredita nas forças populares e democráticas que não abrem mão de construir o dia luminoso, embora a noite seja de insônia e sofrimento.

Este é o ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Juiz de Fora e ex-Líder do PMDB, que recebeu uma tarefa que o advogado competente, o intelectual orgânico compromissado com as causas populares desempenhou com maestria e com a colaboração de muitos, porque o líder é aquele que caminha ao lado dos companheiros. Tarcísio Delgado nos brinda hoje com "A História de um Rebelde". São 40 anos da caminhada do MDB e do PMDB no cenário político nacional.

Estamos diante de uma obra que, efetivamente, é definitiva para a memória do PMDB. E nós, mineiros, que sabemos que a história não começa nem termina com a nossa inserção no mundo, temos um profundo respeito pela memória. Não é por acaso que Tiradentes, Juscelino Kubitschek e Santos Dumont são permanentemente invocados por nós. O heróis do pretérito não são heróis apenas do passado; são paradigmas para o presente e para o futuro.

No livro que Tarcísio Delgado escreveu está registrada uma história da qual nós todos somos protagonistas. O MDB que ajudei a fundar em Bom Despacho é o mesmo MDB de Tarcísio Delgado em Juiz de Fora, de Antônio Júlio em Pará de Minas, de Ronan Tito e Zaire Rezende em Uberlândia, de Anderson Aduato em Uberaba, de Maurício Guedes em Caxambu, de Gamaliel Herval em Coromandel, de Sebastião Mendes Barros e Genésio Bernardino em Governador Valadares, de Getúlio Neiva em Teófilo Ottoni, de Tadeu Leite em Montes Claros, de Sebastião Rieira em Itajubá, de Tancredo Neves, Hélio Garcia, Newton Cardoso, de Dario Tavares, de Sérgio Ferra, de Galileu Machado, de Geraldo Félix, de Célio de Castro e tantos outros que carregaram a bandeira do PMDB em Minas e no Brasil.

O PMDB que está no livro é o partido liderado por Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, na epopéia da anticandidatura, o PMDB das Diretas Já, com o povo brasileiro na rua sepultando o regime autoritário; o PMDB da Constituição Cidadã de 5/10/88, com o povo escrevendo com a maior participação da história política nacional uma carta de liberdade alicerçada no Estado Democrático de Direito.

Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria, como nos advertira Ulysses Guimarães com a sabedoria do velho timoneiro. O PMDB quer a irmandade entre as regiões para que sejamos uma federação onde os Estados mais poderosos possam ajudar os menos desenvolvidos. As desigualdades sociais do País devem ser enfrentadas com coragem. Com a audácia de Ulysses Guimarães e a coragem de militantes do porte de Tarcísio Delgado.

Nossos grandes problemas são políticos, econômicos e culturais. De nada adianta conquistar grandes resultados econômicos quando o povo carece de casa, comida, trabalho, segurança e respeito. Valorizar a nossa população e o patrimônio social, cultural e natural do Brasil é nossa obrigação como militantes do PMDB.

Para encerrar e entregar a festa ao seu destinatário, agradeço aos que me atribuíram a pauta. Conclamo as mulheres e a juventude do PMDB, na figura de Maria Elvira Salles Ferreira, Presidente Nacional do PMDB Mulher, e de João Alberto Paixão Lages, Presidente Nacional do PMDB Jovem, para que unamos nossa força militante em favor de uma reforma da sociedade que mantenha o PMDB na vanguarda dos movimentos sociais. Como convém a um partido que se chama Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cuja história continuaremos a escrever com as nossas limitações, nossas dificuldades, mas, sobretudo, com os nossos sonhos.

A política é uma arte. Há muitos artistas desempenhando toda sorte de papel no cenário político nacional. Para a militância, a política não é isso; para a militância, a política é fé. O que nos move é a esperança de que o partido de Ulysses Guimarães, Tarcísio Delgado e de todos que um dia foram, são ou serão peemedebistas, saberemos caminhar ao lado do povo brasileiro rumo a uma sociedade justa, igualitária e fraternal, conforme inscrevemos na Constituição Cidadã de 5/10/88. Viva o nosso homenageado de hoje, Tarcísio Delgado! Viva o nosso PMDB! Viva a democracia, que continuaremos construindo com o povo do Brasil!

Palavras do Sr. Tarcísio Delgado

Sr. Presidente da Assembléia de Minas Gerais e desta reunião especial e companheiros do partido, permitam-me não citar outra vez os nomes, porque, no PMDB, a melhor maneira de chamar os companheiros tanto da Mesa quanto do Plenário é de companheiros.

Companheiros, amigos, membros de outros partidos, representações de outras autoridades, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Deputados aqui presentes da atual legislatura, Prefeitos e companheiros do PMDB, era Líder da Bancada do MDB nesta Casa, em 1973, um jovem Deputado: este que lhes fala agora. Ulysses percorria o País com a anticandidatura, a campanha mais pedagógica da política nacional em toda a sua história. Ulysses e Barbosa Lima Sobrinho saíam pelo Brasil afora enfrentando, em alguns casos, cães e canhões e, em outros, muitas ameaças, para dizer ao País que estava marcada uma eleição que não ia ocorrer. Eles eram anticandidatos para uma antieleição. O jovem líder na Assembléia de Minas queria trazer a comitiva da anticandidatura ao nosso Estado. Não havia muita facilidade à época, e outros líderes nacionais não se interessavam muito pela anticandidatura, mas nos entendemos com Ulysses Guimarães, que combinou vir até esta Casa. Relembro agora esse episódio, que, aliás, está bem registrado no livro, porque, depois de muita insistência, conseguimos trazer aqui a comitiva da anticandidatura. E a comitiva da anticandidatura com vários membros do MDB à época, grandes expressões nacionais. Precisávamos trazer para esta solenidade principalmente trabalhadores e estudantes, que, até aquela altura, não queriam participar da vida pública, omitiam-se com voto nulo, com voto em branco e diziam não querer coonestar e não concordavam com o MDB, que estaria coonestando o regime. O Líder solicitou audiência ao então Presidente do DCE de Belo Horizonte. Concedida a audiência, no dia seguinte o Líder foi ao DCE, ouviu muitos desaforos da juventude da época, que, na verdade, pensava muito mais em luta armada, em guerrilha, e não concordava com a nossa luta institucional. Estivemos lá e, num ambiente muito difícil, falamos para aqueles jovens - muitos deles sacrificando sua própria vida e de suas famílias - que mereciam o nosso respeito por estarem na luta armada, na guerrilha, mas também mereciam muito respeito, por estarmos fazendo a luta institucional. Embora respeitássemos a luta armada, achávamos que ela não levaria o Brasil a lugar nenhum naquele momento, mas que a luta institucional levaria o Brasil à democracia. Falamos isso e, apesar da grande resistência num primeiro instante, concordaram em vir à Assembléia, quatro ou cinco dias após a visita do Dr. Ulysses e de sua comitiva, composta por Barbosa Lima Sobrinho, Franco Montoro, Nadir Rosseti. Como nunca vi antes, este Plenário ficou superlotado, todas as galerias estavam ocupadas. Desta tribuna falou Franco Montoro, com dados econômicos e sociais muito importantes. Depois, falou Nadir Rosseti, um orador gaúcho, que prestou aqui homenagem muito comovida a Edgar da Mata Machado, que poucos dias antes havia perdido um filho, morto nos porões da ditadura, e a meninada, a juventude se levantou. A partir daí, aqui, em Belo Horizonte, a juventude começou a participar no PMDB. Isso fez com que em 1974, no ano seguinte, conseguíssemos a maior vitória eleitoral que um partido conseguiu de uma eleição para outra. De 87 Deputados, fizemos 160 Deputados Federais. De 22 Senadores, fizemos 17. Naquele momento, estávamos aqui, com Ulysses Guimarães, com essa comitiva da anticandidatura, que é um episódio do livro.

Certamente, não poderia aqui comentar sobre o livro, é muito amplo. Quis trazer um episódio daqui de Minas, de dentro desta Assembléia, do momento da grande virada, quando o MDB provou ser um rebelde, não querendo coonestar a ditadura. Ele foi criado pela ditadura para coonestar em 1966, para fazer o papel de fantoche. A Arena, partido do governo, e o MDB para fingir que era oposição. Mas desde o primeiro momento, o PMDB não aceitou esse papel e se rebelou. Por isso a história de um rebelde. Rebelou-se contra aquela situação e com golpes sob golpes, mas com o povo, cada vez mais ao seu lado, conseguiu vitórias até essa de 1973, justamente numa eleição que não haveria, que não

houve. Ocorreu campanha mais pedagógica da história do Brasil e se fez com que naquele momento o MDB colocasse a ditadura contra a parede. Dali para frente, a partir de 1974, já não viam saída, cada medida que tomavam era pior, a situação se degenerava a tal ponto, que a própria ditadura, que havia acabado com o pluripartidarismo num determinado momento e criado o bipartidarismo para o seu conforto, não se confortando com aquilo, anos depois, voltou a extinguir o bipartidarismo criando o pluripartidarismo.

Já no pluripartidarismo, a partir de 1980, tivemos a abertura de muitos partidos. Naquele momento, muitos companheiros que aqui estão - já vi alguns -, além dos companheiros do PMDB que estiveram e estão em outras legendas, também ingressaram no barco da rebeldia. Ou seja, muitos viajaram no barco da rebeldia. Na verdade, eles saíram das entranhas do MDB - depois, PMDB -, na reabertura dos partidos no Brasil. Muitos são filhos do MDB. Muitos dos que saíram dessa legenda haviam participado da luta, da rebeldia do PMDB. Por isso, meus amigos, recordarei rapidamente um episódio relatado no livro. Refiro-me ao episódio ocorrido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o qual tinha repercussão em todo o Brasil, porque a juventude era quem anulava votos. O trabalhador não aceitava coonestar. Na reunião realizada aqui, então, ele percebeu que não havia coonestação, nenhuma fraude, e que o MDB realmente queria a participação, para fazer a virada. E foi o que aconteceu, ou seja, o MDB promoveu a virada. A partir daí, todos conhecem as conseqüências, até chegarmos ao dia de hoje. O livro reproduz os 40 anos do partido.

Lá fora, a jornalista perguntou-me qual era a grande contribuição do MDB para o Brasil. Respondi-lhe: a liberdade, que é a coisa mais importante. Só se faz democracia com liberdade, com a busca da justiça social e da igualdade social.

O PMDB, como único canal, foi quem entregou a liberdade ao povo brasileiro. Ainda que se quisesse fazer a luta por outro meio, não havia como fazê-lo. Os sindicatos estavam fechados, bem como as entidades estudantis. Na época, a imprensa vivia sob censura, os grandes jornais do Brasil publicavam receitas culinárias nas colunas políticas. Portanto, não havia como fazer nada. Apenas o MDB, apesar de todas as restrições, representava o canal por meio do qual se poderia fazer algo. O MDB fez de tudo e conseguiu entregar ao povo brasileiro este bem supremo, substantivo, esta coisa divina, maravilhosa, da qual, por nenhuma razão, jamais poderemos abrir mão: a liberdade. Sem liberdade, o homem não vive, ele não é homem, mas um ser irracional. Essa é a conquista do PMDB; essa é a dívida do PMDB ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, para terminar, já que não quero tomar muito o tempo, lembro que o MDB vive um paradoxo. O maior partido do Brasil - visto que tem o maior número de Vereadores, de Prefeitos, de Deputados Estaduais e Federais, de Governadores e de Senadores -, há 40 anos, não consegue eleger o Presidente.

No dia em que esse partido descobrir a força que tem, não haverá nem sequer adversário para disputar a Presidência. Será difícil arranjar um adversário à altura. Na verdade, esse partido não descobriu ainda a sua força; todavia, agora temos grande esperança em âmbito nacional, considerando-se a coalizão em torno do governo, seja isso bom, seja ruim, esse dado não nos interessa muito. O importante é que o partido está unindo-se. Independentemente da posição que assume, estarei de acordo com nosso partido, visto que ele está unindo-se. Nesse caso, 2010 será nota 10 para o PMDB. Obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Deputado Federal Mauro Lopes de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Desde a sua fundação, como MDB, a história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB - está estreitamente ligada à história política do Brasil após 1964. Com uma trajetória de resistência a pressões de governos ditatoriais, divisões internas, esvaziamentos e crescimentos, destaca-se hoje como a legenda de maior base no território nacional. A homenagem do Parlamento mineiro a esse grande partido, fundamental no processo de redemocratização do nosso país, pelos seus 40 anos de fundação". Convidamos toda a Bancada do PMDB a participar deste ato.

- Procede-se à entrega de placa.

Palavras do Deputado Federal Mauro Lopes

Faço questão de citar nominalmente os componentes da Mesa: Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu caro amigo Alberto Pinto Coelho; saúdo o Presidente do PMDB de Minas Gerais, meu caro amigo Fernando Diniz, que muito nos honra com sua presença; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão do Exército, Gen. João Roberto de Oliveira; ex-Senadores Alfredo Campos e Ronan Tito; Vice-Prefeito de Belo Horizonte, caro amigo Ronaldo Vasconcelos, representando a Prefeitura; Vereador Geraldo Félix, batalhador, companheiro de todas as horas, aqui representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; meu caro e fraterno amigo, companheiro que tive a honra de suceder na região Leste de Minas, um marco do PMDB, tendo sido seu oitavo integrante, quando de sua fundação, em 1966, Genésio Bernardino.

Também gostaria de saudar os Exmos. Srs. Joaquim de Melo Freire, ex-Presidente do PMDB; Tarcísio Delgado, ex-Deputado Estadual, que hoje nos está brindando com esta obra-prima do nosso livro, que estamos lançando neste momento; Profa. Aparecida Moura, representando o PMDB Mulher; João Alberto Paixão Lages, Presidente do PMDB Jovem; meu caro filho, Deputado Adalclever Lopes, tesoureiro do nosso PMDB e representante da Bancada do PMDB nesta Casa; Genival Tourinho; Marcos Tito; Tarcísio Henriques; colegas Deputados Federais presentes; Deputados Estaduais; Vereadores; Prefeitos; companheiros militantes do PMDB; senhoras e senhores da imprensa; senhoras e senhores.

Se, neste momento, em razão da grande emoção que sinto, me indagarem quem sou eu, direi que sou um homem feliz. Feliz porque Deus traçou o meu destino, a minha vida pública. Após 35 anos trabalhando nas estradas e lidando com todos os segmentos da sociedade, principalmente com os políticos, entendi que ainda poderia continuar servindo ao meu País. Foi aí que ingressei, com muita alegria, em nosso PMDB.

Deus traçou o meu destino e digo que sou um homem feliz.

Senhoras e senhores, estou aqui hoje, na qualidade de Secretário-Geral do PMDB Nacional, representando o Presidente Nacional do partido, Deputado Federal Michel Temer, que me incumbiu dessa importante missão de participar e de representá-lo nestas homenagens.

A história do MDB se confunde com a história do Brasil. Várias pessoas que aqui estão são o exemplo vivo de sua construção. As lutas duras, nos anos de chumbo, contra a ditadura militar, em que muitos companheiros verteram o seu sangue por este país, simbolizam o importante papel do velho MDB de guerra na redemocratização e na reconquista da liberdade para o povo brasileiro.

Essa é a nossa história, essa é a história do nosso povo. Muito se tem dito sobre o nosso passado, e, se me permitirem, hoje vou dizer-lhes sobre o nosso futuro.

O Movimento Democrático Brasileiro - MDB - completa 40 anos, mas continua a construir-se no seu dia-a-dia, na renovação da formação dos seus quadros, na atualização de sua democracia interna, no marco da contribuição que confere ao cenário político nacional.

É no cotidiano do PMDB que se tece o PMDB do amanhã, sob a convivência de seus componentes, na busca do entendimento em torno dos ideais em comum, visando à união do partido para a culminação das metas estabelecidas. E deixo bem claro que a busca da unidade não é a imposição da unanimidade, pois, para um partido como o nosso, o debate interno é o adutor do oxigênio democrático que nos caracteriza.

É assim o PMDB. Uma bela célula do organismo político do Brasil. Digo-lhes mais, o PMDB é indispensável à vida da democracia em nossa Nação, já que é um partido sem sectarismos, sempre disposto ao diálogo, que nunca se intimidou na defesa da soberania do País.

É nesse sentido, conscientes de nossa responsabilidade com o Brasil, que o PMDB, o maior partido político do Brasil, forma a coalizão política, programática e administrativa com o governo do Presidente Lula. Inserimo-nos com propostas claras visando à melhoria de vida do povo brasileiro.

Senhoras e senhores, somos a cara do Brasil. E esse é o estímulo que nos traz as nossas gerações de políticos, os jovens interessados em continuar a construção do Brasil. As mulheres, com sua força e determinação, os negros, os sindicalistas, enfim, a sociedade enxerga em nosso partido o esteio para novas conquistas. Aqui eles vêm porque querem uma agremiação partidária sólida, consistente, com princípios honrados e programa consolidado.

Sabemos que política é como as nuvens: em um momento se apresentam de uma forma; em outro, já se encontram conformadas em uma aparência que não é a mesma como antes se encontravam; porém, o porvir é esse movimento incessante de nuvens.

É com atenção ao soprar dos ventos que se pode observar como as nuvens se formam. É alerta à inserção do partido, às vezes com as velas altas, às vezes com o esforço dos remos, que os timoneiros do PMDB sempre o conduzem.

Falar do futuro do PMDB é contar sobre ventos, moinhos, redemoinhos e erguer a cabeça às nuvens, todavia com os pés sempre no chão firme que sustenta a sua história - e olho no porto aonde se quer chegar, sem deixar de ficar atento às nuvens que encobrem o céu.

É nessa cláusula que o livro de Tarcísio Delgado se insere como providencial ao futuro do PMDB; pois procura pensá-lo como partido. Tarcísio Delgado, mineiro de Juiz de Fora, é advogado e iniciou sua carreira política no MDB em 1966, como Vereador mais votado de sua cidade. Foi Deputado Estadual e três vezes Deputado Federal. Foi Líder da bancada na Assembléia Legislativa e Líder da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados. Eleito três vezes Prefeito de Juiz de Fora, Tarcísio marcou sua passagem pelo Executivo dessa cidade. Integrou por várias vezes a comissão executiva nacional, escolhido por Ulysses Guimarães para Secretário-Geral do partido, ocupando essa posição por dois mandatos. Atualmente exerce sua atividade como advogado, atuando como consultor da Frente Nacional dos Municípios, como membro da Assembléia Geral do Ibam.

Saúdo o livro "A História de um Rebelde". Uma leitura rica em detalhes e que mantém a gloriosa chama de nosso partido acesa, impedindo quem quer que seja de mudar os rumos que consolidam cada vez mais a justiça social no País. Saúdo o futuro de nosso partido.

Senhoras e senhores, falei em cláusula, nunca em clausura, porque o PMDB nunca admitiu ser enclausurado por pensamentos fechados de seita, dentro de si mesmo, em um casulo hermético. O nosso partido é o da abertura ao moderno, ao crescimento e à convivência com o próximo. A modernidade do PMDB somos nós quem a fazemos, e serão as gerações seguintes que darão continuidade ao que fazemos neste momento. E isso ocorrerá no exemplo de uma formação política arejada, concidadã, independente e participante. Essa é a cláusula do nosso crescimento. Essa será a cláusula do nosso futuro, pois não temos a limitação de paredes reducionistas. É por isso, porque nunca temos medo de barreiras, que o futuro do PMDB será o da continuidade de sua atualização no voto, na ocupação dos poderes conquistados nas urnas, junto à sociedade, como referência político-democrática do Brasil. Então, dar o passo no entendimento de que o PMDB se perpetuará em cada palavra dita com sabedoria, nas propostas de bom-senso que forem lançadas, nos bons combates que se travarem é trazer o futuro político para o cotidiano. Eu confio é no PMDB do acerto, da sabedoria e do bom-senso, por isso eu creio nele e antevejo o seu futuro.

Senhoras e senhores, assim lhes falo do PMDB, no qual o destino confiou para instituir a democracia no Brasil, para zelar pelo cumprimento da ordem constitucional estabelecida, a fim de que os desígnios de Deus para com a nossa Pátria sejam cumpridos em consonância com nossa vocação para a busca do bem comum.

Neste momento, quero fazer um agradecimento a todos os Deputados da Assembléia Legislativa na pessoa do seu Presidente. Esta placa nós, do PMDB, guardaremos no fundo da nossa alma. Ela será levada para Brasília e lá ficará na Presidência do PMDB, onde todos os integrantes do partido que ali chegarem vão ver e ler com emoção os dizeres que estão aqui nesta placa, que são sinceros. Os nossos sinceros agradecimentos, Sr. Presidente, porque estamos emocionados. Eu, neste momento, repito, se me perguntarem quem sou, direi que sou um homem feliz, muito feliz por ser Deputado do PMDB.

Viva o Tarcísio! E viva o futuro do PMDB! Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Orquestra Musiarte, que, sob a regência do maestro Edvandro Antônio da Silva, apresentará as músicas "Canção da América", "Coração de Estudante" e "Nos Bailes da Vida", todas de autoria de Milton Nascimento.

Palavras do Sr. Presidente

A história contemporânea das instituições políticas brasileiras tem um ponto de confluência, identificado a uma data, mais do que nunca emblemática. Quatro décadas decorreram da fundação, em 24/3/66, do Movimento Democrático Brasileiro, então sob a Presidência do Senador acreano Oscar Passos.

Sob o governo militar, o Ato Institucional nº 2 extinguiu, em outubro de 1965, os partidos políticos então existentes. Na sua esteira, e para dar à ditadura um ar de legalidade, o Ato Complementar nº 4 impôs ao Brasil o bipartidarismo, estabelecendo as condições para a formação da Arena e do MDB. Vendo aí uma brecha para a resistência democrática e visando à restauração da normalidade institucional, um grupo de congressistas da Oposição filiou-se ao novo partido.

O "Diário da Justiça" publicou no dia 3/4/67, há 40 anos, portanto, o registro definitivo do MDB. O nome da nova agremiação já denotava tratar-se de uma frente que reunia diversas tendências, orientadas sobretudo pelo ideal democrático. Três anos depois a Presidência passaria a ser ocupada pelo Deputado Ulysses Guimarães, a grande liderança que conduziu o País ao restabelecimento do Estado Democrático de Direito e à elaboração de uma nova Constituição.

Inovadora pelo seu caráter de proteção aos direitos humanos e sociais, nossa Carta Magna foi escrita para o cidadão, privilegiando-o como seu fim e sua esperança. Nela são formalmente reconhecidos os direitos de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, deficientes, índios e negros, assegurando-se, pela primeira vez, prerrogativas às minorias.

Mas, antes disso, com a presença do MDB nas ruas, foi aprovada a lei da anistia, integrando de novo à vida nacional aqueles que foram perseguidos e banidos do País. Em seguida, com a liberdade partidária, que influenciaria a luta pela constituinte e pelo retorno às eleições diretas, transformava-se o MDB no atual PMDB, acrescentando-se uma letra à tradicional sigla. Mas do partido original vieram importantes lideranças que criariam outras agremiações, como o PT, o PDT e o PSDB. Portanto, na origem da atual configuração política do País encontra-se a velha frente partidária que hoje completa quatro décadas. A aliança que sustenta o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já tinha sua antecipação naquele antigo partido. Entre os grandes líderes mineiros abrigados em algum momento em sua legenda, destacam-se o ex-Presidente Tancredo Neves, inaugurador da Nova República, e o saudoso Senador Edgard Mata Machado.

Sempre ativo no partido e uma das figuras mais notáveis também do PMDB, Tarcísio Delgado, ex-Deputado e ex-Prefeito de Juiz de Fora, é uma memória viva dessa apaixonada trajetória pela liberdade e pela democracia. Advogado e talentoso escritor, ex-Líder de bancada nesta Assembléia, onde também atuou na Comissão de Constituição e Justiça, ator de destaque em toda a história, sendo, aliás, um dos fundadores da agremiação, Tarcísio Delgado acaba de nos deixar registrado um notável documento. "A História de um Rebelde", vista por um antigo integrante do grupo dos autênticos, é o relato de uma causa legítima que tem por missão a defesa dos interesses do povo brasileiro. Na poética metáfora do autor, o PMDB de hoje pode ser visto como um jequitibá maduro, árvore crescida debaixo das intempéries e que lança suas raízes por todo o solo brasileiro.

Fica aqui nosso convite para que todos conheçam essa alentadíssima obra e que sua leitura nos leve a uma reflexão sobre o presente e os desafios que aguardam no futuro a história política do Brasil. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 17/4/2007.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 29ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/4/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 55/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário da Educação informações sobre as providências que têm sido tomadas pela Secretaria para viabilizar as propostas contidas no relatório da Comissão Especial para o Estudo da Atenção às Pessoas com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo, encaminhadas àquela Secretaria por esta Casa. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 56/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita informações ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes sobre as providências adotadas por aquela Secretaria para viabilizar as propostas contidas no relatório da Comissão Especial para o Estudo da Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 57/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário de Saúde informações sobre as providências que têm sido adotadas pela Secretaria com o objetivo de viabilizar as propostas a ela encaminhadas por meio do relatório da Comissão Especial do Transtorno Mental, Deficiência Mental e Autismo. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 132/2007, do Deputado Adalclever Lopes; e 213/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 288/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 293/2007, do Deputado André Quintão; 299/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 337/2007, do Deputado Doutor Viana; 353/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; e 364/2007, do Deputado Dimas Fabiano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 227/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 310/2007, do Deputado Eros Biondini, do Deputado Luiz Tadeu Leite, da Deputada Cecília Ferramenta, do Deputado Rômulo Veneroso e do Deputado Wander Borges; 339, 368 e 371/2007, do Deputado Doutor Viana; 377/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 18/4/2007, NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, os problemas regionais do meio ambiente no Norte de Minas e a atuação da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Supram -, que compõe o Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 323 e 325/2007, do Deputado Zé Maia.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 65/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Finalidade: cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante à demonstração e avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes aos quadrimestres de 2006.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 93/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 226/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 269/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 341 e 373/2007, do Deputado Doutor Viana; 346 e 347/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 249/2007, da Deputada Cecília Ferramenta.

Requerimentos nºs 296/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 306/2007, do Deputado Doutor Viana; e 312/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 18/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 291/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 294/2007, do Deputado Bráulio Braz; 305/2007, do Deputado Doutor Viana; 315/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 348, 349, 351 e 352/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 374/2007, do Deputado Mauri Torres; 393/2007, da Comissão de Direitos Humanos; e 395/2007, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 18/4/2007, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Requerimentos nºs 55/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário da Educação informações sobre as providências que têm sido tomadas pela Secretaria para viabilizar as propostas contidas no relatório da Comissão Especial para o Estudo da Atenção às Pessoas com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo, encaminhadas a essa Secretaria por esta Casa; 56/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita informações ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes sobre as providências adotadas por essa Secretaria para viabilizar as propostas contidas no relatório da Comissão Especial para o Estudo da Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo; e 57/2007, do Deputado Célio Moreira, em que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre as providências que têm sido adotadas pela Secretaria com o objetivo de viabilizar as propostas a ela encaminhadas por meio do relatório da Comissão Especial do Transtorno Mental, Deficiência Mental e Autismo; e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000; e 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2007, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2007.

Jayro Lessa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 54/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e 76/2007, do Deputado Gilberto Abramo; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 253/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; de votar os Requerimentos nºs 290, 335 e 386/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 292/2007, do Deputado André Quintão; 298/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 309/2007, do Deputado Elmiro Nascimento; 311/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 314/2007, do Deputado João Leite; 307, 336, 340, 344, 365, 367 e 370/2007, do Deputado Doutor Viana; 375 e 376/2007, da Comissão de Participação Popular; 388/2007, do Deputado Deiró Marra; 389/2007, do Deputado Jayro Lessa; 390 e 391/2007, do Deputado Weliton Prado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2007.

Deiró Marra, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 286, 287 e 289/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho, 304/2007, do Deputado Djalma Diniz, 318/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 342 e 345/2007, do Deputado Doutor Viana, e 350/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho, de se debater o projeto

do rodovial a ser implementado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com recursos federais provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 362/2007

Comissão de Segurança Pública

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Arlen Santiago, visa instituir o Dia do Examinador de Trânsito.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou, vem agora a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, XV, c/c o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 362/2007 tem por finalidade instituir o Dia do Examinador de Trânsito, a ser comemorado anualmente em 11 de junho. Dessa maneira, o autor pretende homenagear os profissionais que atuam nessa área, expressando o reconhecimento e o respeito pelos serviços prestados à sociedade.

Essa função é exercida em cargo de confiança por policiais civis que atuam em atividades cotidianas em suas unidades e, ainda, em banca examinadora, nas quais, por exigência do Código Nacional de Trânsito, todos os candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Trânsito devem submeter-se a exames de avaliação teórica e prática de direção e condução de veículos automotores.

Portanto, é oportuno o propósito do projeto de lei que destaca a participação da Polícia Civil, ainda que indiretamente, na segurança do trânsito nas cidades e estradas mineiras.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 362/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2007.

Délio Malheiros, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 265/2007

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o Projeto de Lei nº 265/2007, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 578/2003, dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de garantia real, por parte de empreendimentos econômicos, nas hipóteses de risco iminente ao meio ambiente e à população e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 10/3/2007, a proposição foi distribuída a esta Comissão e às Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe agora a esta Comissão emitir parecer sobre a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre esclarecer que a fundamentação deste parecer repete literalmente a fundamentação do parecer do Projeto de Lei nº 35/2005, de idêntico conteúdo ao do projeto em exame. Quanto à conclusão, fizemos apenas um ajuste de número, mantido o entendimento já manifestado por esta Comissão quando da análise do projeto anexado.

Registre-se que esta Comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 35/2007 na forma do Substitutivo nº 1, então apresentado.

A proposição em epígrafe tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de garantia pelos empreendedores nos licenciamentos ambientais de empreendimentos potencialmente nocivos ao meio ambiente e à população. Nos termos do projeto, garantia compreende:

- a comprovação da idoneidade econômico-financeira para arcar com custos decorrentes da obrigação de recuperar ou reabilitar áreas degradadas, de indenização de eventuais danos pessoais e materiais causados à população e ao patrimônio público;

- a exigência de instrumentos de garantia, tais como garantia real, carta de fiança bancária ou seguro de responsabilidade civil.

O projeto determina, também, a obrigação de realização de vistorias regulares pelo poder público em empreendimentos potencialmente nocivos ao meio ambiente, em intervalos não superiores a um ano, com emissão de laudo técnico sobre a implantação e o desenvolvimento das ações ambientais a cargo do empreendedor, bem como sobre a segurança das instalações do respectivo empreendimento.

Com efeito, a matéria está no campo da competência legislativa estadual. De conformidade com o art. 24, VI, da Constituição da República, incumbe à União e aos Estados legislarem concorrentemente sobre "florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição". No mesmo artigo, o inciso VIII atribui ao legislador estadual competência para dispor sobre "responsabilidade por dano ao meio ambiente", obedecidas, em todos os casos, as normas gerais editadas pela União. Ressalte-se, também, a competência material do Estado membro, disposta nos incisos VI e VII do art. 23 da mesma Constituição, para o exercício de polícia administrativa e de execução de obra e de atividade em tema ambiental.

A Constituição da República estabelece, ainda, no art. 225, § 3º, que as condutas lesivas ao meio ambiente submetem os agentes causadores do dano tanto a sanções quanto ao dever de reparação. No mesmo sentido, observamos a Lei federal nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, a qual, no § 1º do art. 14, assim determina:

"Art. 14 - (...)

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente".

Registre-se, por ser oportuno, que, na análise do Projeto de Lei nº 578/2003, de conteúdo idêntico ao da proposição em exame, esta Comissão concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as considerações que reproduzimos a seguir:

"Observe-se que a proposição procura impor ao empreendedor significativo ônus, o qual, do ponto de vista jurídico, por seu rigor, fere os princípios da razoabilidade e da eficiência, próprios da administração pública, bem como o da livre iniciativa, aplicável à iniciativa privada.

A prestação de garantia real ou instrumento similar está em descompasso com a segurança que se pretende oferecer ao meio ambiente, no que se refere à possibilidade de reparação de eventual dano, pois se mostra exagerada. Deve, portanto, ser revista.

Também a faculdade outorgada ao Ministério Público pelo projeto já está prevista na ordem jurídica, uma vez que é atribuição constitucional daquele órgão zelar pela integridade dos direitos difusos.

Já a competência para aplicação de penalidade, conferida ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, é matéria presa a reserva de iniciativa, e somente projeto de lei de autoria do Governador do Estado poderia tratar do tema" (grifo nosso).

Assim, com o intuito de aperfeiçoar o Projeto de Lei nº 265/2007 do ponto de vista jurídico-formal e da técnica legislativa, apresentamos, na conclusão deste parecer, o Substitutivo nº 1, no qual se propõe a inserção de um novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 7.772, de 8/9/80, para autorizar o Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - a solicitar, quando entender indispensável, a comprovação de capacidade econômica e financeira do empreendedor para arcar com custos potenciais de recuperação de áreas degradadas, de danos pessoais e materiais causados à população e ao patrimônio públicos, nos licenciamentos que representem risco real de danos significativos ao meio ambiente ou à saúde pública, nos termos regulamentares.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 265/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 8º da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

"Art. 8º - (...)

§ 6º - A critério do Copam, poderá ser exigida do empreendedor a comprovação de sua capacidade econômica e financeira para arcar com os custos potenciais de recuperação de áreas degradadas e de indenização de danos pessoais e materiais causados à população e ao patrimônio público nos licenciamentos de empreendimentos que representem risco real de danos significativos ao meio ambiente ou à saúde pública, nos termos do regulamento."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa, relator - Delvito Alves - Hely Tarquínio.

Parecer sobre o Requerimento Nº 55/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, a proposição em epígrafe requer à Presidência da Assembléia Legislativa seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Educação, solicitando informações sobre as providências que têm sido tomadas por essa Secretaria para viabilizar as propostas contidas no relatório da Comissão Especial para o Estudo da Atenção às Pessoas com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo, encaminhadas àquela Secretaria por esta Casa.

Após sua publicação no "Diário Oficial" em 16/3/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

As Comissões Especiais constituídas para proceder ao exame de determinada matéria de interesse público constituem instrumento de que se valem os parlamentares para a realização de sua missão fiscalizadora.

Visando a melhorar o atendimento prestado às pessoas com transtorno mental, deficiência mental ou autismo e vislumbrando a necessidade de intervenção do poder público estadual nesse setor, em razão da falta de instituições voltadas para o tratamento dessas pessoas, este Parlamento resolveu criar uma Comissão Especial para estudar a questão.

Conforme o relatório final da Comissão Especial, foi a partir de 1960 que a sociedade civil começou a fazer críticas consistentes à segregação de pessoas portadoras de transtorno mental. Em 1961, a noção de educação especial apareceu pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB -, que estabeleceu que a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Em 1978, uma emenda à Constituição da República dispôs sobre o direito da pessoa deficiente, assegurando a melhoria de sua condição social, principalmente mediante educação especial e gratuita. A partir dos anos 80, diversas declarações e tratados mundiais passaram a defender a inclusão, em larga escala, dessas pessoas nas escolas regulares. Em 1985, a Assembléia Geral das Nações Unidas lançou o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, recomendando que, quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer no sistema escolar normal.

A Constituição de 1988 garantiu atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e a Lei Federal nº 7.853, de 1989, dispôs sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência.

Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos estabeleceu que a educação básica deve ser oferecida a todo cidadão, segundo os princípios da igualdade, da universalidade do acesso e da ampliação dos meios e conteúdos da educação básica.

Em seu relatório, a referida Comissão Especial, criada por esta Casa para estudar o assunto, concluiu que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação, deverá implementar políticas públicas para viabilizar a oferta de educação de qualidade aos deficientes mentais e autistas, em tempo integral, nos níveis fundamental e médio, na rede regular de ensino e, quando isso não for possível, em escolas especiais; fortalecer o investimento no Projeto Incluir, desenvolvido por aquela Secretaria, para a identificação dos alunos com deficiência que apresentem condições especiais; divulgar os serviços de educação especial públicos e privados conveniados que possam apoiar a rede regular; capacitar educadores e orientadores pedagógicos.

Assim sendo, no exercício da ação fiscalizadora atribuída constitucionalmente a este Parlamento, requisitamos da Secretaria de Estado de Educação informações acerca da implementação das medidas propostas pela Comissão Especial.

Isso posto, consideramos oportuno o encaminhamento àquela Secretaria do Requerimento nº 55/2007. Entretanto, estamos apresentando substitutivo à matéria para torná-la mais clara e objetiva.

Conclusão

Em face de exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 55/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas requer a V.Exa., nos termos do art. 100, IX, do Regimento Interno, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Educação, solicitando o envio a esta Casa de informações sobre as providências adotadas por essa Secretaria para viabilizar as propostas a ela encaminhadas pela Comissão Especial para o Estudo da Atenção às Pessoas com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo, especificamente sobre as providências que a rede regular de ensino público vem tomando para atender a demanda de educação de ensino de qualidade para os deficientes mentais e autistas, em tempo integral, nos níveis fundamental e médio e em escolas especiais; bem como sobre o valor previsto para investimento, pelo Estado, no Projeto Incluir.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 16 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 56/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, a proposição em exame requer à Presidência da Assembléia Legislativa seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, solicitando que informe esta Casa sobre as providências adotadas por aquela Secretaria para viabilizar as propostas contidas no relatório da Comissão Especial para o Estudo da Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo.

Após sua publicação no "Diário Oficial" em 16/3/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A constituição de comissões especiais está prevista no Regimento Interno desta Casa nos termos do inciso II e § 4º do art. 111. Uma de suas finalidades é a de proceder a estudo sobre determinada matéria de interesse público.

A Comissão Especial que elaborou o mencionado relatório foi criada com o objetivo de discutir a matéria e propor um tratamento adequado a ser prestado às pessoas portadoras de transtorno mental e comportamental, em especial aos deficientes mentais graves e autistas. Entre seus objetivos constava ainda o estudo das políticas de saúde, educação e assistência social destinadas a essas pessoas, bem como a avaliação das dificuldades enfrentadas pelos familiares de pessoas portadores de transtorno mental e comportamental na busca de atendimento.

Desde os anos 1970, o modelo de assistência psiquiátrica pública vem passando por modificações, na teoria e na prática, interagindo com outros setores, tanto da área de saúde como do campo social. O conjunto dessas transformações ficou conhecido como reforma psiquiátrica, e está levando à extinção progressiva dos manicômios e à reinserção do portador de sofrimento mental na sociedade.

A legislação sobre a matéria, tanto no âmbito federal como no estadual, é ampla. Atualmente a lei redireciona o modelo de assistência, regulamenta o cuidado especial com os usuários internados por longos anos e prevê punição para a internação involuntária, arbitrária e desnecessária.

O trabalho realizado pela referida Comissão Especial fornece uma visão geral do contexto da atenção à saúde mental em Minas Gerais e, em especial, da atenção aos deficientes mentais e autistas. Os estudos colocaram em evidência a precariedade da assistência ao deficiente mental, ao autista e a seus familiares, demonstrando a necessidade urgente de organização de uma rede cuidados que levem em conta suas especificidades, garantindo suporte terapêutico nas atividades do dia-a-dia e nas situações de crise.

Discutida a questão, ficou evidenciada a necessidade de se organizar um atendimento diferenciado para esses usuários, que não podem ser tratados como os adultos portadores de transtorno mental, pois os autistas e deficientes mentais exigem atenção ininterrupta por parte de uma equipe médica multidisciplinar.

Um dos problemas mais sérios apontados pela Comissão foi a falta de instituições que acolham o deficiente mental grave, o autista em situação de crise e aquele que, devido ao nível de agressividade, está impossibilitado de conviver com seus familiares, sendo necessária, nesse caso, a internação. Dessa forma, é direito do autista e do portador de deficiência mental contar com instituições de suporte capazes de recebê-los em situação de crise.

A Comissão Especial, em seu documento final, propôs a criação de políticas públicas que garantam os direitos constitucionais desses cidadãos, sugerindo medidas institucionais a serem implantadas pelos Poderes constituídos do Estado.

Para viabilizar as propostas dessa Comissão, foi enviado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte documento sugerindo medidas com o objetivo de ampliar as políticas de atenção ao deficiente mental e ao autista.

Para que esta Casa Legislativa se inteire do que está sendo efetivamente implementado por aquela Secretaria, consideramos oportuno o envio do pedido de informação em questão.

Apresentamos, porém, ao final deste parecer, substitutivo à matéria para imprimir-lhe mais clareza e objetividade.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 56/2007 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado Célio Moreira requer à V.Exa., nos termos do art. 100, IX, do Regimento Interno, seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes solicitando informar a esta Casa quais as providências adotadas por essa Secretaria para viabilizar as propostas a ela encaminhadas pela Comissão Especial para o Estudo da Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo, em especial no que se refere: ao mapeamento, a ser efetuado por equipe multidisciplinar e intersetorial, das instituições que abrigam, em caráter permanente, pessoas com deficiência mental e autismo, com o objetivo de conhecer a situação real da atenção que lhes é prestada pelo Estado; às parcerias formadas com instituições de ensino públicas e privadas para o desenvolvimento de pesquisa e a implantação de projetos-piloto de atenção aos deficientes mentais e autistas; às campanhas de esclarecimento da população sobre o que é o autismo, seus sintomas, a porcentagem de casos entre a população e o nome das instituições que atendem seus portadores no Estado; a divulgação, pelo Estado, dos números de telefone para apresentação de denúncias de mau atendimento ou de recusa de atendimento ao deficiente mental e ao autista nas redes públicas de assistência e ensino.

Solicita, ainda, sejam encaminhadas à Assembléia Legislativa cópias dos trabalhos que resultaram, até a presente data, das propostas acima mencionadas.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 16 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

Parecer sobre o Requerimento Nº 57/2007

Mesa da Assembléia

Relatório

O Deputado Célio Moreira, por meio da proposição em análise, requer à Presidência da Assembléia Legislativa seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Saúde solicitando informações sobre as providências que têm sido adotadas pela Secretaria de que é titular com o objetivo de viabilizar as propostas a ela encaminhadas anteriormente por meio do relatório da Comissão Especial do Transtorno Mental, Deficiência Mental e Autismo, concluído em julho do corrente ano.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 16/3/2007, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra as ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelo art. 62, XXXI, da Carta mineira.

O requerimento em questão foi motivado pelas observações feitas pela Comissão Especial que procedeu a estudos sobre o tratamento da pessoa com transtorno mental, deficiência mental e autismo em Minas Gerais.

O trabalho da Comissão, concluído em julho de 2006, trouxe-nos uma visão do contexto geral da atenção à saúde mental em nosso Estado e, em especial, da atenção aos deficientes mentais e autistas. Os estudos realizados colocaram em evidência a precariedade da assistência ao deficiente mental, ao autista e a seus familiares e a necessidade urgente de organização de uma rede de atenção que leve em conta suas especificidades, garantindo suporte terapêutico nas atividades do dia-a-dia e nas situações de crise. Fundamentado nos diversos depoimentos prestados à Comissão, o relatório indica que o problema mais sério parece ser a falta de instituições que acolham o deficiente mental grave e o autista em situação de crise e aquele que, devido ao nível de agressividade, está impossibilitado de conviver com seus familiares.

O relatório sugere diversas medidas institucionais para que o Poder Executivo possa sanar as dificuldades detectadas. Entre as medidas sugeridas, destacam-se as seguintes: agilização do processo de credenciamento das instituições participantes da Rede de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física, Mental ou com Autismo, conforme os critérios estabelecidos pela Coordenadoria de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência - CASPPD -; ampliação imediata da equipe técnica do Centro Psicopedagógico - CPP - e criação de programa de capacitação para o atendimento ao deficiente mental grave e ao autista, a ser desenvolvido pelo CPP e direcionado às equipes de saúde em atuação nos Municípios mineiros; divulgação de campanhas informativas para a população.

Diante das dificuldades apresentadas pela referida Comissão, consideramos de fundamental importância o acompanhamento por esta Casa das providências tomadas pelo Poder Executivo no sentido de solucioná-las e de melhorar a assistência prestada ao deficiente mental, ao autista e a seus familiares no Estado.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 57/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 16 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

26ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 11/4/2007

O Deputado Getúlio Neiva* - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cumpre-me neste momento, em nome dos companheiros, manifestar ao nosso Presidente Alberto Pinto Coelho nosso constrangimento e sentimento pelo falecimento de sua mãe.

Ocupo esta tribuna para anunciar uma outra morte: a de uma moça de 20 anos, chamada Ana Paula, funcionária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do meu Município de Teófilo Otôni, diagnosticada com dengue, entre os mais de 4 mil casos que já ocorreram naquela cidade.

Quero comunicar aos companheiros que, de forma lamentável, tenho de ocupar esta tribuna para pedir, como já o fiz por ofício, ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Secretário de Estado de Saúde intervenção federal ou estadual no SUS de Teófilo Otôni.

Por que o fiz? Tão logo assumiu a Prefeitura, a atual Prefeita fechou a fábrica de remédios, fechou o hospital municipal, fechou 11 dos 14 PSFs, demitiu centenas de agentes comunitários de saúde. E a morte da Ana Paula me fez refletir: seria possível manter meu silêncio nesta Casa ante a gravidade da situação do sistema de saúde em minha terra?

Dos quatro hospitais, um era municipal e foi fechado. Hoje o Diretor do Hospital São Lucas, Dr. Wilson Pires, pediu descredenciamento do SUS. Anteontem, o Diretor do Hospital Vera Cruz telefonou-me pedindo que eu conseguisse uma oportunidade de alugar o prédio do hospital, que está fechando as portas.

O Hospital São Vicente de Paulo é de baixíssima resolubilidade. Distritos e povoados, num total de 10, não recebem médicos exatamente há dois anos e dois meses. Não há remédio, não há medicamento de nenhuma espécie, nem para hipertensos nem para casos mais urgentes.

O mais dramático, companheiros, é que a Prefeitura não consegue transportar os doentes que têm radioterapia e quimioterapia marcadas em Belo Horizonte. Então, está sendo marcada a quimioterapia, e isso significa que o processo de morte das pessoas com câncer do nosso Município está sendo acelerado. Pior ainda, desde dezembro do ano passado, não temos Secretário de Saúde, e a Chefe de Gabinete, que não tem especialidade nenhuma na área, ocupa essa Secretaria.

Mais dramático que tudo isso, Deputados, é que a farmácia que tínhamos, uma fabriqueta de remédio manipulado que produzia 42 medicamentos foi fechada. Os saís estocados foram doados ao Município de Itambacuri.

São 63 Municípios do Nordeste mineiro, do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo que aportam em Teófilo Otôni em busca de tratamento de saúde especializada. Hoje, o hospital de alta resolubilidade que lá existe recebe o seu pagamento, o repasse do dinheiro do SUS, com 60, 90 dias de atraso. Ontem, na Central de Regulação de Leitos do Estado, havia 60 pacientes encaminhados, sendo 37 deles para a ortopedia. Hoje o Hospital Ortopédico entrega os serviços, e não mais atenderá ortopedia em Teófilo Otôni.

Desde a nossa posse, temos conversado com o Secretário Marcus Pestana com o objetivo de avaliar a forma de se fazer uma intervenção. Os 150 mil habitantes de Teófilo Otôni e a população dos seus 63 Municípios não podem continuar pagando o alto preço do desacerto administrativo, do descalabro administrativo; sobretudo da desumanidade do poder público municipal, ao destruir, desmantelar um sistema de saúde que realizava 1.250.000 atendimentos por ano. Então, ao longo dos últimos anos, contávamos com 1.250.000 atendimentos anuais, hoje estamos submetidos a 250 mil.

Todos sabem que se trata de uma região carente, difícil. Vivemos até hoje da mística do Jequitinhonha e do Mucuri, da poesia, da canção, de chorar a pobreza, como tantos choraram a pobreza do Nordeste, até criarem a indústria da seca. Temos a indústria do Jequitinhonha, do Mucuri, a indústria da desgraça e da miséria. Ainda se fala muito, ainda se canta muito a nossa desgraça, embora sejamos uma região rica, pois o que nos falta é oportunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso verificarmos o que está acontecendo na cidade pobre de Teófilo Otôni. Das cidades pobres do Estado de Minas, ela é a que mais polariza. São 63 Municípios em volta de Teófilo Otôni que dependem do sistema estadual de educação, de saúde, de assistência social. Devo confessar aos senhores que tenho mantido silêncio - todos devem ter observado que não tenho falado -, mas a situação na minha cidade é muito, muito complicada. Lamentavelmente, não há reação da Câmara de Vereadores, e a imprensa está toda manietada, manipulada pelo poder público municipal.

É preciso que esta Assembléia, a Casa do povo mineiro, os companheiros, Deputados, Deputadas, Sr. Presidente, me permitam falar, nesta hora, de uma coisa muito triste.

O nosso povo está sendo massacrado, espezinhado. Está sem nenhum tipo de suporte no atendimento à saúde, além de outros fatos administrativos que comentaremos em outra ocasião.

É lamentável verificar algumas situações. O Distrito de Rio Pretinho, por exemplo, fica a quase 70km da cidade. Quando chove, o médico não tem como chegar até lá. Quando Prefeito, fui acusado de deixar de atender o Distrito por 45 dias porque não havia estrada. Há dois anos e dois meses nenhum médico vai a Rio Pretinho.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Cumprimento-o pela fala. Ao escutar sua preocupação com a saúde e a administração de sua cidade, não poderia deixar de me lembrar de Corinto, cidade pela qual tenho carinho muito especial e da qual sou cidadão honorário. Já realizamos audiência pública para discutir a situação da saúde da cidade. O Secretário Marcus Pestana esteve em Corinto. Conseguimos uma verba para abrir o bloco cirúrgico da Santa Casa, além de recursos por meio de emenda e dinheiro da secretaria.

Entretanto, a administração de Corinto também está doente, está no CTI. Não há empenho por parte da administração para resolver a situação da cidade, que fica no centro de Minas Gerais, distante 40km de Curvelo. A estrutura da Santa Casa poderia atender Corinto, Santo Hipólito, Monjolo, Augusto de Lima e Buenópolis. Por causa de picuinhas políticas da cidade, as pessoas estão morrendo, deixando de ser atendidas. Os médicos não ficam na cidade, e a situação é de calamidade. Lamento e espero que, com trabalho e empenho, V. Exa. possa levar vida para sua cidade. Conto com seu apoio para que levemos para Corinto saúde, progresso e desenvolvimento. Se Deus quiser, no ano que vem colocaremos pessoas competentes na administração da cidade, que está um verdadeiro caos. Isso sem falar da dengue, cujo foco é grande na cidade.

Já conversamos com o Secretário e seu adjunto. Falamos com a Juíza. Tentamos um termo de ajustamento de conduta. Porém, ao chegar lá, conversa-se com a Prefeitura e a administração da Santa Casa, e as pessoas ficam como massa de manobra, indo de uma cidade para outra. Muitas vezes, é preciso que venham para Belo Horizonte para uma cirurgia ou atendimento. Obrigado e parabéns.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, colega da Câmara dos Deputados, desta Casa e do nosso PMDB. É a primeira vez que V. Exa. assoma à tribuna desta Casa num pronunciamento oficial. Esse acontecimento deve ser festejado por todos nós, pois a Assembléia ganha em qualidade toda vez que V. Exa. se manifesta. Sabemos que o fará sempre que seus munícipes necessitarem de sua corajosa fala.

V. Exa. foi um excelente Prefeito em Teófilo Otôni e grande Deputado Federal. É um nome inscrito na história da região do Vale do Mucuri e do Leste de Minas.

Tenho certeza de que a contribuição que V. Exa. dará a esta Casa será inestimável. Por essa razão, ouvi com atenção o seu pronunciamento, consistente e efetivo, que, mais uma vez, V. Exa. faz em defesa da sua querida Teófilo Otôni. Honra-nos tê-lo aqui participando desta legislação. Conte com o nosso apoio. Nós, que somos galvanizados no trabalho do Norte de Minas, estaremos juntos a V. Exa. trabalhando pela região do Mucuri e pelo nosso Estado de Minas Gerais.

O Deputado Getúlio Neiva* - Obrigado, Deputado Luiz Tadeu Leite. Muito me honra estar incorporado à bancada do Norte.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Serei breve. Quero cumprimentá-lo e dizer o quanto Teófilo Otôni é importante como pólo da região do Mucuri. Permita-me apenas fazer uma consideração em relação à cidade e à ex-Deputada, querida por todos, Prefeita Maria José Hauelsen.

Teófilo Otôni, como todas as cidades, realmente enfrenta dificuldades. Não é fácil governar uma cidade com tantos problemas, no entanto é certo o crescimento dos programas sociais nessa cidade. Recentemente participei da assinatura do programa Saneamento para Todos, serão mais de 30 milhões destinados pelo Ministério das Cidades a Teófilo Otôni. Além disso, a construção da Universidade Federal do Mucuri e do Jequitinhonha, grande conquista não apenas de Teófilo Otôni, mas também de toda a região do Mucuri, criará oportunidades para a juventude, tornando a cidade de Teófilo Otôni um pólo regional.

Quero deixar o registro: há dificuldades a serem superadas, mas há também muitos acertos. Portanto, parabênzo a cidade pela escolha de uma Prefeita séria e honesta como a Maria José Hauelsen.

O Deputado Getúlio Neiva* - Agradeço o aparte da Deputada Elisa Costa. Sr. Presidente, quero apenas concluir o meu pronunciamento.

Os 12 postos de saúde que temos em Teófilo Otôni - seis na cidade e seis na zona rural - são atendidos por apenas quatro médicos. Nesta administração municipal, 39 médicos saíram do sistema público, pediram demissão.

A Promotoria de Justiça fez um termo de ajustamento de conduta - TAC - que deveria ter sido cumprido no dia 31 de janeiro, mas foi absolutamente descumprido, integralmente. Por incrível que pareça, a Promotoria, que tanto me acicatou quando eu era Prefeito, renovou o TAC em função de uma certa amizade entre a Promotoria e a Prefeita da nossa cidade.

O Deputado João Leite (em aparte) - Serei rápido. Sei que o seu tempo está esgotado, mas não poderia deixar de dar testemunho pessoal do seu trabalho à frente da Prefeitura de Teófilo Otôni. Como Secretário de Estado, tive oportunidade de conhecer as cozinhas comunitárias que atendiam grande parte da população. Lembro-me, com carinho, desse trabalho realizado em favor da população pobre de Teófilo Otôni. Portanto, aproveite o aparte para parabenizá-lo por aquele trabalho realizado. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva* - Obrigado, Deputado João Leite. Almoçamos juntos numa cozinha comunitária. Eram 23 cozinhas, mas, lamentavelmente, foram fechadas no dia 1º/1/2005 pela atual Prefeita.

O problema de alimentação da população não é prioritário naquele Município, pois existem outros programas e outros interesses. A Deputada Elisa Costa anuncia 30 milhões, mas, na verdade, a capacidade de endividamento do Município não ultrapassa os 7 milhões.

Obrigado, Sr. Presidente, no final da reunião voltarei, pelo art. 70, a este assunto e a outros de interesse da minha região.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pelas galerias, que são bem-vindos, e pela TV Assembléia, boa tarde.

Montes Claros, depois de amanhã, será palco de um grande acontecimento: a posse do novo Arcebispo da nossa cidade, D. José Alberto Moura, em substituição ao querido Arcebispo D. Geraldo Magela de Castro.

A Arquidiocese de Montes Claros, uma das maiores de Minas Gerais em extensão territorial, abrange mais de uma centena de Municípios e teve sua implantação ainda pelo Papa João Paulo II. O Arcebispo D. Geraldo promoveu a criação e a instalação da Arquidiocese da nossa cidade. Em virtude do limite de idade, D. Geraldo Magela de Castro deixa a Arquidiocese, e, em seu lugar, vem o Arcebispo D. José Alberto Moura, nascido e sagrado bispo em Ituiutaba. Depois, foi bispo em Uberlândia e, naquele Município do Triângulo Mineiro, consolidou o seu trabalho, de grande importância, incentivando principalmente o Ensino Superior, porque foi ele quem criou a Universidade Católica naquela cidade.

Em Montes Claros, que se tornou uma capital universitária da região Norte de Minas e do Sul da Bahia, depois de amanhã toma posse oficialmente, como arcebispo, S. Exa. Revma. D. José Alberto Moura, e há uma grande expectativa de que consiga implantar, na cidade, mais uma opção de ensino superior, se não gratuito, pelo menos em uma condição que atenda à grande maioria das pessoas com baixo poder aquisitivo.

Em nome do povo de Montes Claros e do Norte de Minas, posso dizer que aqui estou para saudar e dar as boas-vindas ao Arcebispo D. José Alberto Moura, pela sua assunção à Arquidiocese de Montes Claros, augurando que possa fazer um brilhante trabalho, continuando a obra magnífica realizada por D. Geraldo Magela de Castro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos hoje uma boa notícia para os Prefeitos mineiros e brasileiros. O Presidente Luiz Inácio anunciou publicamente que concederá 1% de aumento ao Fundo de Participação dos Municípios, para melhorar a arrecadação dos Municípios brasileiros. Muitas vezes, desta tribuna, ouço críticas à atuação do Presidente, mas tenho certeza de que, desta vez, os justos terão que falar a verdade, e ela é positiva e será para aplaudir S. Exa.

Dir-se-ia que 1% é muito pouco, porque são apenas R\$1.500.000.000,00 para serem distribuídos a todos os Municípios brasileiros, o que daria um valor pequeno a cada um deles. Talvez, diante da dificuldade por que passam os Municípios brasileiros, seja um valor menor do que a expectativa, mas, em nossa região, estamos acostumados a dizer "muito obrigado" com muito ou com pouco. Embora seja menos do que a necessidade, talvez menos do que a expectativa, já é uma benesse, uma ajuda para pequenos Municípios da nossa região, do nosso Estado e do Brasil, que terão a possibilidade de uma melhoria no atendimento básico primário - saúde, educação e serviços básicos. Portanto quero aplaudir a iniciativa do Presidente Luiz Inácio em conceder esse 1%, aumentando em R\$1.500.000.000,00 o FPM.

Mas esperamos, é claro, que S. Exa., com seus estudos na área econômica, consiga melhorar e diminuir a grave e má distribuição do bolo da riqueza nacional, que infelizmente, herdado de gestões anteriores - de governos anteriores -, mostra um quadro triste de grande concentração de renda nas mãos do governo federal, com menos receita nos governos estaduais e menos ainda nos Municípios. Confiamos que o Sr. Presidente Luiz Inácio da Silva consiga melhorar ainda mais a situação para os Municípios brasileiros.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Luiz Tadeu Leite, quero parabenizar V. Exa. e também o Presidente Lula, pelo cumprimento da sua promessa de atender os Municípios. Com 1%, o FPM dará um oxigênio às Prefeituras, que já estão no vermelho há muito tempo.

E como V. Exa. disse, ainda há muito o que se discutir quanto a essa concentração no governo federal. Temos debatido esse tema nesta Casa, na Câmara e no Senado, uma melhor distribuição para que haja mais distribuição de renda e progresso nas cidades.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Ainda aguardamos uma reforma tributária, que será enviada com um novo conceito para o Congresso Nacional, a qual certamente aquinhoará os Municípios com mais verbas.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Gostaria, Deputado Luiz Tadeu Leite, de registrar que ontem entrei com um requerimento junto à Comissão de Transporte desta Casa relativo à BR-040, na qual V. Exa. passa com frequência. Registro o transtorno havido nesse final da Semana de Páscoa, no trecho entre Corinto e Belo Horizonte, com 205km. Para percorrer o trecho de Belo Horizonte a Curvelo, Corinto e Augusto de Lima, geralmente gastam-se de 2 a 2 horas e 30 minutos. Nesse final de semana, foram necessárias de 5 horas e 30 minutos a 6 horas.

Pedi, por meio desse requerimento, providências do DNIT quanto à barreira de Sete Lagoas, onde se colocaram quebra-molas, ou melhor, quebra-carros, o que, no meu entender, não é permitido. Estive naquela barreira, onde conversei com o inspetor responsável. Estamos pedindo ao DNIT providências para que sejam retirados esses quebra-molas, que vêm dificultando a vida de muitas pessoas que passam pela BR-040.

Hoje conversei com o Sr. José Élcio, Presidente do DER, quanto à MG-220, que ligará o trevo da BR-135, de Curvelo até Santo Hipólito e Monjolos, cujo projeto deve ser concluído até agosto. A informação que obtive é que, entre agosto e setembro, estará sendo feita a licitação da obra. No próximo ano, se Deus quiser, teremos a MG-220 asfaltada para o progresso e desenvolvimento de Corinto, Santo Hipólito e Monjolos. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço o aparte do nobre Deputado Célio Moreira. Sou um dos Deputados que ainda vão para Montes Claros de carro, com minha família, como fiz na Semana Santa. Na volta, pude passar por essa rodovia que V. Exa. cita. Concluí que realmente a situação piorou, pois eles interromperam uma pista, com isso houve um acúmulo enorme de veículos no domingo, na estrada que liga nossa região a Belo Horizonte. V. Exa. está de parabéns pelo assunto que ora levanta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Montes Claros já foi iniciada a obra de construção da fábrica de biodiesel, combustível renovável, nascido de uma matéria-prima de nossa própria região. Porém, o governo federal ainda não teve tempo para cuidar previamente de incentivar o plantio, nos Municípios, da matéria-prima para abastecer e atender à demanda da fábrica que, em poucos meses, estará em funcionamento. Não há produção de mamona, de pinhão-manso ou de qualquer outro produto, no Norte de Minas, que possa abastecer a fábrica de biodiesel.

Com isso, quando essa fábrica estiver pronta, haverá uma situação muito fácil de ser entendida: a referida fábrica trará 80% da matéria-prima necessária à sua produção de outras regiões do Estado e do País. Além disso, terá de utilizar a soja, hoje de fins comestíveis, como matéria-prima para a produção do biodiesel. Não há matéria-prima no Norte de Minas porque não se plantou nem está-se plantando, para a produção do biodiesel, por exemplo, a mamona, de forma a atender às necessidades de produção dessa fábrica que está sendo construída. A construção da fábrica de biodiesel é louvável, mas ela ficará subaproveitada ou, quem sabe, terá de trazer matéria-prima de outras regiões do País, e isso tornará o produto fabricado muito mais caro do que se utilizasse matéria-prima produzida na região.

Os governos federal, estadual e municipais precisam, num esforço conjunto, unir-se para incentivar a plantação, a fim de que, quando do funcionamento da fábrica, haja produção real, com a matéria-prima necessária, principalmente a mamona, de modo a atender a demanda.

Para tanto, é necessário haver crédito. Infelizmente, os bancos, quando vêem que as pessoas estão precisando de crédito, fecham suas portas. Não há banco de incentivo. Ontem ouvi um pequeno produtor dizer que o Banco de Desenvolvimento tem sido muito mais banco que desenvolvimento, já que demonstra mais interesse em arrecadar, obter lucro que atender efetivamente os que precisam plantar. Fazemos, então, esse apelo.

A fábrica de biodiesel é muito bonita e, por isso, chamou a atenção até do Presidente dos Estados Unidos, que veio ao Brasil conhecê-la. Todavia, sem matéria-prima, sem produção de mamona, não haverá biodiesel para atender à demanda nacional.

Srs. Deputados, entre os assuntos que colho no meu dia-a-dia, tratarei agora de um que também considero muito importante. Aproveito para aplaudir o governo federal - não justificaria deixar de fazê-lo -, visto que ele está criando o salário mínimo de R\$800,00 para os professores com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino em nosso país, bem como incentivar os Estados e os Municípios a fazer o mesmo. Hoje nada é mais consentâneo e importante que isso. Porém, o governo federal precisa voltar seus olhos para uma questão que representa uma verdadeira chaga social no Brasil: o analfabetismo.

Não adianta o Brasil ir ao espaço sideral da forma como o fez; não adianta nosso país ser campeão de futebol - e, ultimamente, nem isso tem acontecido; enfim, não adianta o Brasil obter vitórias em todos os setores, se não acabar com a chaga social representada por 30 milhões de analfabetos. Por incrível que pareça, esse número não se reduziu nos últimos anos. Atualmente os governos cuidam da escola de outra forma, ou seja, buscam muni-la de computadores, artigos escalafobéticos que sofisticam a educação. Entretanto, para extirpar o analfabetismo, a escola carece apenas de quadro-negro, giz e uma professora bem remunerada.

Hoje a prioridade dos governos deveria ser ensinar os analfabetos a ler, a escrever e a fazer contas. Para os intelectuais, isso pode parecer algo banal, mas certamente não é para os que não sabem pegar em uma caneta, para os que não conseguem assinar o nome. Estes, por sua vez, são passados para trás porque não sabem fazer uma simples conta de aritmética. Estou-me referindo a uma legião de 30 milhões de brasileiros. Essa situação deveria ser motivo de vergonha para cada um de nós, bem como para cada governante - federal, estadual, municipal.

É necessário haver um trabalho conjunto, ou seja, uma verdadeira campanha a ser realizada pelas três esferas de governo. Poderiam fazer, por exemplo, uma campanha como a que, no passado, fizeram contra a saúva: "Ou acabamos com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil". Poderiam pensar na seguinte campanha: "Ou acabamos com o analfabetismo ou o analfabetismo acaba com o nosso país".

Como se sabe, a educação, o ensino transformou muitos países, entre os quais citam-se os da Ásia e os do Oriente. No entanto, não me refiro necessariamente aos ensinos superior e médio, que também têm sua importância, mas ao ensino que pode acabar com a chaga do analfabetismo. No exterior, o nosso país, por causa do analfabetismo, tem uma imagem negativa, muito triste. Há aqui 30 milhões de analfabetos, pessoas que não sabem ler, escrever e fazer contas - como, de fato, não sabem -, mas estão gritando em silêncio, pedindo uma solução. Sr. Presidente, esse é um desafio para cada um de nós. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho hoje a esta tribuna para tratar de um assunto da mais alta importância. Estamos vivendo no País um momento de total falta de segurança pública. Em Minas Gerais, também não é diferente. O Governador Aécio Neves tem-se esforçado, fazendo investimentos na segurança pública. S. Exa. assumiu o governo do Estado, que, nos últimos governos, não investiu o necessário para dar à segurança pública aquilo que realmente a população de Minas Gerais espera.

É notório que temos visto hoje, em Minas Gerais, coisas que não se viam no passado. O interior de Minas Gerais também vive a falta de segurança pública, onde há assaltos em bancos e muita violência. Digo isso porque sou de Betim e moro também na cidade. Apesar dos investimentos nas Polícias Civil e Militar, da liberação de viaturas e de todo o esforço do Município, embora não seja de sua competência, a violência continua grande. Garantir a segurança pública é dever de todos, por isso o Prefeito Carlaile Pedrosa também não mediu esforços para implantar a Guarda Municipal, ceder imóveis, pagar aluguéis, ceder pessoal, fornecer gasolina e participar da busca de soluções, a fim de que possamos ter maior tranquilidade.

Os veículos de comunicação têm apresentado Betim como uma das cidades mais violentas do Estado de Minas Gerais. Então, como parlamentar nesta Casa e um dos Deputados votados naquela cidade, ao lado dos Deputados Rômulo Veneroso e Pinduca - estamos aqui como representantes de Betim -, não posso calar-me neste momento. Quero lembrar que Betim, que contribui de forma bastante positiva para o PIB de Minas Gerais, precisa ser olhada de forma diferenciada - não privilegiada -, porque se trata de uma cidade que hoje concentra o maior parque industrial do Estado de Minas Gerais. Essa cidade tem atraído investimentos da mais alta importância, e o último deles foi o porto seco que será inaugurado em Betim.

Tudo isso é importante, trazendo geração de emprego e aumento da receita. Isso é o que o Município quer. Conversei com o ex-Secretário de Segurança Pública, que me explanou sobre sua preocupação com a falta de segurança no Município de Betim.

As autoridades competentes talvez não queiram colocar ou tornar público os dados da violência, principalmente naquele Município. Isso traria motivos de pessimismo àqueles que querem continuar a investir no Município. Falo isso com tristeza, porque deveria estar aqui falando coisas positivas, mas temos assaltos à mão armada a toda hora no Centro de Betim e periferia.

As drogas tomaram conta do Município. Sei que o governo do Estado tem pesquisas que apontam claramente a falta de segurança na região.

Por isso faço um apelo aos Municípios que buscam uma discussão em Brasília. Por que o governo federal não abre mão de parte do que tem direito? Às vezes as pessoas pensam apenas na redistribuição dos recursos, o que realmente é muito importante, mas não se pode destinar o progresso a uma ou outra cidade. Precisamos buscar pólos de desenvolvimento e discutir o pacto federativo.

Conversei com o Deputado Antônio Júlio e com a bancada do PMDB acerca da importância da discussão do pacto federativo, que, sem dúvida alguma, é a palavra do momento. Os Municípios já não agüentam mais viver de migalhas, permanecendo com o pires na mão, em busca do apoio do governo do Estado ou do governo federal.

Temos de discutir um plano diretor de segurança pública para a região metropolitana, pois não adianta buscar uma solução isolada para cada Município. Falo isso porque a Região Metropolitana de Belo Horizonte teve um avanço muito grande com o Governador Aécio Neves, por meio da Linha Verde, do Rodoanel, da privatização do atual anel rodoviário, das estradas que interligam os Municípios e da busca dos investimentos que têm transformado a região metropolitana. Todavia, se não houver segurança pública, jogaremos por terra tudo o que se busca para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Região Metropolitana.

Não adianta o Município de Betim buscar um plano isolado. Não adianta colocar câmaras no centro desse Município ou em Belo Horizonte, pois, se os bandidos encontram dificuldades no Centro desses Municípios, procurarão outra região.

Portanto a segurança pública tem de ser tratada imediatamente e deve haver maior investimento, principalmente em uma cidade como Betim, cujo crescimento é de 8% ao ano e possui quase 450 mil habitantes. Essa questão deve ser tratada com carinho.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. e estou até emocionado, pois há momentos em que ficamos indignados. As propagandas do governo na televisão mostram que a Região Metropolitana não apresenta problemas de segurança pública. Então, quer dizer que todos os problemas estão resolvidos, já que houve uma diminuição de 30% das ocorrências de não-sei-quê, de acordo com a Fundação João Pinheiro e com os laudos ou os boletins de ocorrência da Polícia Militar?

Precisamos atacar as questões da segurança pública com coragem, e não com números, com esse factóide de que houve diminuição. Em Belo Horizonte, não se vê polícia nas ruas. Atualmente, o cidadão não possui segurança. Pode ser que o número de homicídios ou os crimes violentos, conforme dizem, tenham diminuído, mas a população está à mercê da bandidagem, do roubo, do furto e do assalto. Vejam quantos Deputados foram notícia nas páginas policiais por terem sofrido assalto neste ano em Belo Horizonte. O Prefeito Pimentel, a Prefeita de Contagem e hoje a família do Hélio Costa... E o governo insiste em dizer que não há problemas em Belo Horizonte. Será que é mesmo Belo Horizonte? Às vezes esses dados podem ser de outro país.

Não podemos fingir que estamos combatendo a violência em Minas Gerais. Estão falando em homicídio, mas e os furtos, os crimes contra a propriedade? Isso não tem mais importância? Hoje isso não faz parte da estatística quando querem divulgar números favoráveis. Estão querendo enganar quem? Eles mesmos ou a população de bem?

Deputado Ivair Nogueira, há dois anos denunciamos que a Polícia Militar deixou um carro sem motor no Viaduto Santa Teresa, dando a impressão, para a população de bem, de que eles estavam fazendo blitz, mas, na verdade, eram os bandidos que estavam roubando na entrada do viaduto e dormindo dentro da viatura da Polícia Militar. Denunciamos isso aqui, e a imprensa foi até lá, no entanto não divulgaram nada a respeito. Então, a Polícia Militar providenciou a retirada da viatura do local. A quem eles estão querendo enganar?

O pronunciamento de V. Exa. tem de ser levado em consideração porque V. Exa. está vivendo o problema de Betim, já que mora lá e está vendo a demanda diária da população, e não os números fornecidos.

Nós, Deputados, estamos assistindo a tudo isso passivamente. Estamos vivendo um faz-de-conta. Hoje a violência está mais perto do que podemos imaginar. A droga está muito mais perto das nossas casas do que imaginamos.

Então, Deputado, o pronunciamento de V. Exa. demanda uma outra repercussão, para que possamos realmente cobrar uma atitude do governo, e não essa maquiagem dos números. É preciso enfrentarmos esse problema com coragem. Digo coragem porque, para enfrentar a falta de segurança pública e a bandidagem, é preciso ter coragem. Não é com números e com dados estatísticos, na maioria das vezes manipulados, que vamos enfrentar a falta de segurança.

V. Exa. está de parabéns. Hoje a palavra certa não é mais "segurança", mas, sim, "insegurança", insegurança em que vive o povo mineiro.

O Deputado Ivair Nogueira - Na verdade, Deputado Antônio Júlio, já vimos debatendo essa questão ao longo do tempo. Veja o esforço despendido para a realização do concurso para Delegado. Aliás, outro dia, estava discutindo o problema dos Defensores Públicos, que também fazem parte da segurança pública. Para que realmente exista segurança pública, é preciso melhorar a remuneração dos Defensores Públicos.

O Deputado Durval Ângelo nos acompanhou na CPI Carcerária, portanto ele pode ver o efetivo trabalho dos Defensores Públicos. Em outros Estados, a remuneração dos Defensores Públicos é muito superior à de Minas Gerais.

Quando vejo o salário inicial de um Delegado de Polícia, realmente, não há como ter segurança pública. Se o Delegado não está satisfeito, ele pede conta. O problema é aquele funcionário que tem quase 30 anos de serviço e que está às vésperas de aposentar-se, já tendo passado por outros cargos, como os de Escrivão de Polícia, Inspetor e Detetive, chegando a Delegado, em condições desumanas. Um Delegado, para ganhar o que está ganhando para enfrentar o interior e ainda ter de pagar aluguel, com certeza não vai ser um bom Delegado. Do contrário, terá de viver de outras maneiras, porque o salário que ele vai receber mensalmente não lhe proporciona nada.

A discussão da segurança pública passa pela discussão do aumento do salário dos Delegados de Polícia, que estão desestimulados. Aliás, os bacharéis em Direito não querem participar do concurso público para Delegado, porque a remuneração não é satisfatória.

Tudo isso é para alertar o governo do Estado sobre a segurança pública de Minas Gerais. Em Betim, por exemplo, sou testemunha ocular do que vem acontecendo por lá. Tenho acompanhado esse problema de perto, os números e as estatísticas. Portanto, tenho visto o clamor de uma população que não aguenta mais; que não suporta mais viver com total falta de segurança pública em um Município que, hoje, é a segunda arrecadação do Estado de Minas Gerais. É um Município que contribui para o desenvolvimento do nosso Estado. É por isso que faço esse apelo, para que possamos discutir segurança pública.

Gostaria de trazer os dados do Estado de Minas e discutir os dados de Betim, que precisa urgentemente ser olhada com mais carinho, e, também, de muito mais investimentos do que os já concedidos pelo nosso Governador, ao longo desses cinco anos. A culpa não é apenas dele, mas também de todos aqueles que passaram pelo governo do Estado e não fizeram os investimentos necessários para dar à segurança pública o mínimo de condição necessária para que os mineiros possam ter a tranquilidade de poder ir e vir de suas residências. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Casa, queridos telespectadores da TV Assembleia, o nobre Deputado que me antecedeu, Ivair Nogueira, abordou um assunto muito importante. É interessante registrar que algumas coisas andam a passos de tartaruga e outras na velocidade de avião supersônico.

Nos últimos 15 anos, especialmente em Minas Gerais, houve grande crescimento do crime organizado. Esse setor da violência, que promove seqüestro e morte de vítimas inocentes, vem-se modernizando, tomando conta da nossa pobre população sofrida, especialmente a dos bairros mais carentes, e provocando grande mal a todos. Em contrapartida, qual tem sido a atuação do setor público? O Estado é muito lento no enfrentamento do crime. Na verdade, não é possível enfrentá-lo se não houver pesados investimentos nessa área.

Se fizermos uma análise dos últimos quatro anos, veremos que os investimentos do setor público foram irrisórios. Para se ter idéia, o servidor público da área de segurança - Delegado de Polícia, Agente Penitenciário, policiais militares e civis - tiveram sua remuneração congelada.

Hoje a Defensoria Pública completa 60 dias de greve e, até o presente momento, não foi recebida para fazer negociação. Portanto, os Defensores estão parados, e a população sofrida é que está sendo prejudicada. Os Defensores recebem uma remuneração indigna e irrisória. Também há problemas na Polícia Civil porque, com a remuneração que o Estado está ofertando, os policiais nem sequer participam de concurso público. Amanhã haverá assembleia dos servidores públicos de Minas Gerais, especialmente os da área da segurança, que farão um clamor à sociedade e aos governantes.

Do que adianta dizer que estamos enfrentando o problema da violência, se os servidores que estão na linha de frente - policiais civis e militares, Detetives, Investigadores, Delegados de Polícia - não têm a devida remuneração e as devidas condições para enfrentar o crime organizado? Ora, quem o enfrentará então? Seremos nós, Deputados e Deputadas, ou o Governador? Infelizmente, a situação não se resolve assim.

Investir no servidor público, nos policiais militares e civis é essencial para enfrentarmos o problema da segurança pública.

Fico aqui, também, pensando na velocidade como as coisas ocorrem. Hoje, no Estado, há tantas prioridades que precisam ser enfrentadas. Certas questões ocorrem com uma enorme velocidade. Citarei um exemplo. Estava observando e pensando que fizeram um grande estardalhaço ao anunciar a construção do novo Centro Administrativo de Minas Gerais, uma grande obra no Jockey Club - diria eu, uma obra faraônica. Minas Gerais terá o orgulho e o privilégio de dizer que construirá um novo palácio, ou seja, um palácio de R\$500.000.000,00. Querido amigo Durval Ângelo, R\$500.000.000,00 para um palácio! Não sou contra a construção de um novo palácio. Todavia pergunto se será essa uma prioridade para Minas Gerais, principalmente no momento em que está vivendo. Um investimento de R\$500.000.000,00 para construir um novo palácio?! Minas Gerais já tem dois palácios: o Palácio da Liberdade e o das Mangabeiras. Será que isso atenderá ao querido povo sofrido de Minas Gerais? É mais um palácio. Dizem que a sua construção atrairá novos investimentos e também gerará empregos, especialmente para a construção civil. Tudo bem! Todavia será essa a prioridade neste momento? Há várias cidades com problemas de cadeias públicas. Não há espaço para construí-las. No interior de Minas, há cidades em que os presos ficam no fundo de quintal de uma delegacia de polícia, porque não há espaço nem dinheiro suficientes para construir uma cadeia. Nobre Deputado Ruy Muniz, há cidades que não têm sequer uma viatura policial. Noutro dia, recebi um ofício da minha querida cidade de Peçanha, em que se dizia que, até hoje, não se trocou a viatura em que se deu baixa. Por quê? Porque não há investimento.

Então, a questão é esta: "Qual a prioridade que Minas Gerais enfrentará hoje?". Com esses R\$500.000.000,00 que se está pensando investir nesse novo palácio, daria para construirmos 30 mil novas moradias populares, 5 hospitais de última geração e 150 novas escolas públicas.

Vi aqui o meu nobre Deputado Getúlio Neiva reclamando da falta de hospital. Concordo com ele. Realmente, precisamos investir na saúde. Então, vamos construir hospitais. Portanto a questão é saber qual a prioridade que Minas Gerais enfrentará hoje.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte) - Deputado Carlin Moura, muito obrigado. O meu pensamento é um pouco diferente do seu. Aécio Neves tem sido um competente Governador e, com o Choque de Gestão, conseguiu realmente equilibrar as finanças de Minas Gerais. Nos últimos 20 anos, apenas no governo Aécio Neves é que Minas Gerais voltou a ter capacidade de investimento. Do nosso Orçamento de R\$30.500.000.000,00, aproximadamente R\$3.000.000.000,00 é o valor que o Governador está tendo condições de disponibilizar para investimento. V. Exas. podem observar o que realmente está sendo feito em MG, como, por exemplo, o Pró-Acesso, em que foram lançados mais 820km, a telefonia celular para os Municípios pequenos, o Centro de Especialidades Médicas em BH, a Linha Verde, que liga o centro de BH ao Aeroporto de Confins, que está surgindo aí. Belo Horizonte, a Capital de Minas, cresceu. Hoje, o nosso Estado está disputando com o Rio de Janeiro a posição de 2º Estado mais importante da Federação.

O complexo administrativo da Praça da Liberdade não atende mais às demandas de Minas Gerais. A administração do Estado hoje está espalhada por dezenas de prédios em vários lugares de Belo Horizonte; a administração fica difícil e complicada. Com o advento da Linha Verde em Belo Horizonte, surgiu a possibilidade de construir um complexo administrativo novo na região norte de BH, totalmente financiado pela iniciativa privada, uma parceria público-privada, em que esses recursos serão antecipados para o Estado. É lógico que as empresas que investirem terão a sua compensação. É uma obra digna de um grande administrador. Não é mais um palácio. Está-se construindo um complexo para melhorar a gestão, para propiciar melhores serviços para o povo de Minas.

Gostaria de concordar com V. Exa. Realmente, há muitas prioridades. A nossa região Norte, o Vale do Jequitinhonha precisa muito de investimento, todavia está chegando lá.

A telefonia celular será inaugurada neste ano, em várias cidades da minha região, graças à ação do Governador Aécio Neves. Ele realizou uma articulação inteligente a fim de que o poder privado, várias companhias, invista nesse complexo.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte ao nobre Deputado. A questão é justamente a prioridade de investimentos. Fizemos o choque de

gestão. Pergunte aos servidores públicos, ao Policial Civil, ao Policial Militar, à Defensoria Pública se há prioridade de investimentos nesses segmentos. É muito fácil dizer que se investe em um novo palácio. A questão é essa. Para deixar bem claro, Deputado Ruy Muniz, eu não sou contra um novo Palácio. A questão é o momento. É isso. Minas hoje está preparada para ter um novo Palácio ou temos outras prioridades?

Eu também questiono, Deputado Ruy Muniz, a Linha Verde, belíssima obra. Estou impressionado com a velocidade dessa construção, razão pela qual parabenizo o Governador. A Linha Verde foi erguida e construída em dois anos. Pena que essa mesma velocidade de construção não esteja sendo impressa ao nosso Pró-Acesso, cujo lançamento aconteceu na terça-feira - bacana, algo digno. Parece que as obras ainda começarão em julho. E por que não na mesma velocidade da Linha Verde, em se tratando dos setores mais pobres e mais carentes do Estado? A discussão é essa, Deputado. Precisamos inverter as prioridades em Minas Gerais. Isso tem de ser um compromisso de todos, Executivo, Legislativo e o povo de Minas, sob pena de não usufruirmos do choque de gestão. Um choque de gestão para quê, se isso não se reveste em prioridade de investimento para o povo mais sofrido do Estado?

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)*- Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo, companheiro Carlin, pela brilhante exposição. Você falou da falta de infra-estrutura em alguns setores, não que eu seja contra a construção desse centro administrativo. Concordo com V. Exa com o fato de que Minas Gerais, neste momento, tem outras prioridades, por exemplo, a expansão do ensino superior no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha. Poderíamos criar novas extensões da Unimontes em cidades-pólo, como a cidade de Manga e outras que possuem população no seu entorno e ainda outros Municípios cuja população é em torno de 200 mil habitantes e que não contam com curso superior, com uma faculdade, isso para não falar da segurança. Manga se encontra em uma situação terrível, pois, há anos, não tem Delegado. Em Montalvânia, cidade que faz fronteira com a Bahia, a delegacia é precária, também não há Delegado e ocorrem problemas gravíssimos relacionados às estradas. A cada dia, aumenta-se o número de crimes, de assaltos. Em Manga, acontecem até mesmo assaltos a bancos. Há várias outras coisas que realmente poderiam abrir esse debate. Parabéns pela intervenção.

O Deputado Carlin Moura*- Agradeço o aparte ao Deputado Paulo Guedes. Apenas para ilustrar, Deputado, se quisermos enfrentar a violência pública, temos instrumentos para isso. Aliás, instrumentos teóricos importantes. Hoje uma concepção está em vigor em Minas Gerais, a criação das Agências de Gestão Integrada de Segurança Pública - Aisps. O que elas representam? A junção das Polícias Militar e Civil por meio de atuação conjunta que enfrentará o crime organizado. Qual é a grande dificuldade das instalações das Aisps em Minas Gerais? Não há servidores suficientes para trabalhar nas Aisps. Não há Delegado de Polícia, Detetives, agentes da Polícia Civil. Por quê? Porque não se investe em servidor público no Estado.

O servidor público em Minas Gerais passa o pior momento da sua história porque foi abandonado. Falar que vai enfrentar o crime organizado sem nossos agentes de segurança pública bem remunerados e equipados é, no mínimo, fazer demagogia barata com o povo de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela atenção.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, senhores, senhoras e todos que nos acompanham pela TV Assembléia. Venho a esta tribuna para fazer menção a uma decisão tomada recentemente pela Anvisa que merece meu aplauso e o de todos aqueles que, de alguma forma, lutam contra o tabagismo, principalmente os "tabagistas por tabela". Dizem os especialistas que estes são os mais prejudicados porque são atingidos por aquela primeira fumaça, a mais tóxica de toda a fumaça que sai do cigarro. Quero aqui fazer menção a essa decisão da Anvisa de proibir o fumo nos ambientes, porque isso demonstra, primeiro, maturidade; segundo, responsabilidade; e, terceiro, bom-senso. Outro dia, num domingo, saí com minha família para almoçar. Fui a um restaurante que estava cheio e, numa área destinada a não-fumantes, um cidadão fazia uso do seu cigarro sem nenhum pudor, como se aquele cigarro agradasse a todos os que estavam a sua volta. Para não me indispor com o cidadão, fui para outra mesa almoçar tranquilamente com minha família, livre daquele maldito cheiro de cigarro.

Portanto, fica aqui minha palavra de aplauso a essa decisão da Anvisa. Esperamos que seja implantada de fato e cumprida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João*- Obrigada, Sr. Presidente. Meu pronunciamento é mais um anúncio. Poderia começar com a pequena expressão latina "habemus episcopum". Até que enfim foi nomeado hoje pelo Papa Bento XVI o Arcebispo da Arquidiocese de Mariana, minha arquidiocese, onde fiz nove anos de seminário, onde recebi as ordens menores, o diaconato, o presbiterato e onde sou incardinado.

Então, hoje o Papa Bento XVI nomeou o Exmo. Sr. D. Geraldo Lyrio Rocha, atualmente Arcebispo Metropolitano de Vitória da Conquista, na Bahia. A matéria foi publicada no jornal "L'Osservatore Romano" de hoje, 11 de abril.

Queremos divulgar um pouco mais a vida desse arcebispo cujo lema de vida é "opus fac evangelistae": faze a obra de um evangelista.

Ele é o segundo filho de Crysantho de Jesus Rocha e Leovegilda Lyrio Rocha. Nasceu em Fundão, no Espírito Santo, em 14/3/42, e é irmão de Ronaldo, Rosa Maria, José Carlos e Luciano. Foi batizado em 27/9/42. Iniciou os estudos em sua terra natal, no então Grupo Escolar Ernesto Nascimento, onde fez o curso primário.

Ingressou no Seminário Nossa Senhora da Penha, em Vitória, em 1954, onde realizou o curso colegial, tendo sido aluno do Colégio Salesiano. Em 1960, matriculou-se no Seminário Provincial do Coração Eucarístico de Jesus, em Belo Horizonte, onde cursou Filosofia. Obteve a licenciatura em Filosofia na Faculdade Dom Bosco, em São João del-Rei. Em 1963, seguiu para Roma, onde fez o curso de Teologia na Universidade Gregoriana e especialização em Liturgia pelo Pontifício Instituto Santo Anselmo. Em 15/8/67, foi ordenado presbítero em sua terra natal - Fundão, no Espírito Santo. No dia 14/3/84, foi eleito bispo, e sua ordenação episcopal aconteceu em 31 de maio do mesmo ano, em Vitória.

Assumiu diversas atividades, como Diretor Espiritual do Seminário Nossa Senhora da Penha, Reitor do Seminário Nossa Senhora da Penha, Diretor do Instituto de Pastoral da Arquidiocese de Vitória, Coordenador de Pastoral da Arquidiocese de Vitória, professor de Liturgia e Teologia no Instituto de Filosofia e Teologia de Vitória, professor de Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo, pároco de Itacibá, Praia do Suá e Vila Rubim.

Suas atividades como bispo foram: Bispo Auxiliar de Vitória, de 1984 a 1990; Vice-Presidente do Regional Leste II; membro da Comissão Episcopal Pastoral do Regional Leste II; responsável pelo setor de Vocações, Seminários e Presbíteros e Liturgia no Leste II; membro do Departamento de Liturgia do Conselho Episcopal Latino Americano - Celam -, de 1987 a 1991; membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, de 1995 a 1999; responsável pela Liturgia, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2003; delegado para a Assembléia Episcopal do Sínodo dos Bispos para a América por eleição da Assembléia da CNBB e confirmado pelo Papa João Paulo II; Presidente do Departamento de Liturgia do Celam; Bispo de Colatina, no Espírito Santo; Arcebispo de Vitória da Conquista, na Bahia; e atualmente 2º-Vice-Presidente do Celam.

Seu lema episcopal, como já disse, é "opus fac evangelistae".

Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas a D. Geraldo Lyrio: Seja bem-vindo! Minas Gerais, de modo muito especial e carinhoso, e a Arquidiocese de Mariana recebem-no de braços abertos. Ouso dizer isso em nome dos leigos e do Presbitério, que é numeroso, talvez um dos maiores do Brasil.

A Arquidiocese de Mariana é a primeira de Minas Gerais - arquidiocese primaz - e compreende 79 Municípios. Trata-se de uma região com uma realidade bem diversificada, seja no aspecto religioso, seja, sobretudo, na atividade econômica.

Desejo ao novo Arcebispo, D. Geraldo Lyrio Rocha, um bom e santo pastoreio, boas-vindas e muito êxito na pastoral. Agradeço a Deus esse presente de Páscoa, a pessoa e o Bispo D. Geraldo Lyrio. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva*- Sr. Presidente Deputado Célio Moreira, caros colegas Deputados e Deputadas, na primeira fase dos trabalhos desta tarde, falamos sobre os graves problemas que ocorrem no sistema de saúde do nosso Município.

Nos últimos anos, o sistema de saúde foi aquinhado pelo governo do Estado com substanciosas verbas do Pró-Hosp e investimentos da ordem de R\$10.000.000,00, com os quais construímos uma importante rede: o hospital municipal e os postos de saúde nos distritos e povoados.

Porém Teófilo Otôni vive o drama da morte de uma moça bonita, de 20 anos, com diagnóstico de dengue, e com mais de 4 mil casos registrados. Nossa cidade vive, hoje, a tristeza da declaração do Hospital São Lucas de não-atendimento pelo SUS, depois do fechamento do hospital municipal pela Prefeitura. Ainda anteontem, telefonou-me o Diretor do Hospital Vera Cruz, Dr. Samir Sagih El Aouar, ex-Prefeito do Município, solicitando que conseguíssemos outra destinação para o prédio do hospital que será desativado.

O drama é forte. A situação é dramática. O Estado tem atuado naquilo que é possível ao longo dos anos, mas a Prefeitura da nossa terra, lamentavelmente, desativou 11 dos 14 PSFs existentes, fechou o hospital municipal, fechou a fábrica de remédios, dispensou quase trezentos agentes comunitários de saúde, 39 médicos pediram demissão do sistema público, e um TAC feito com o Ministério Público, assinado pela nossa Prefeita, não foi cumprido até o dia 31 de janeiro. Lamentavelmente, a própria Justiça foi condescendente e esticou o prazo por mais seis meses.

No entanto, nessa segunda fase, não gostaria de falar apenas do lado triste da minha cidade. Gostaria de dizer aos companheiros Deputados, às companheiras Deputadas e sobretudo ao povo mineiro que, na nossa região, não há apenas desgraça, miséria e pobreza e que a estagnação econômica e a miséria social que vive o nosso povo podem tranqüilamente ser erradicadas.

Há como resolver os problemas da nossa região. O que não queremos e não podemos aceitar, no Nordeste mineiro, é que sejamos transformados em outro Nordeste brasileiro, para criar a indústria da seca, da conversa, da poesia, da canção, de se falar da nossa desgraça, da nossa miséria e dos nossos problemas, sem buscar soluções. Por isso cheguei a esta Casa, depois de ser Deputado Federal, Prefeito por duas vezes e Secretário Adjunto de Estado por três vezes, e decidi não mais ir a Brasília e sim aportar na Assembléia de Minas - nesta trincheira onde há mais harmonia e convivência dos Deputados e um Governador eficiente, o qual está resgatando o nosso Estado, que está crescendo o dobro do Brasil -, para que possamos, por intermédio do Governador, lançar um projeto de logística a fim de resolver o problema da economia da região do Nordeste mineiro e do Norte de Minas, aqui representado pelo Deputado Paulo Guedes, nosso companheiro.

Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que temos dois grandes projetos. Um é de logística da região Centro-Leste brasileira, já elaborado - pago pela Companhia Vale do Rio Doce -, que prevê alguns trechos ferroviários e rodoviários em nossa região, um deles ligando, por ferrovia, Governador Valadares, Teófilo Otôni e Itaobim, a fim de buscar o minério de tório existente, onde a própria Vale do Rio Doce fez a famosa Ponte do Itinga, que apareceu como realização do governo Lula, mas foi construída pela Vale do Rio Doce, com o objetivo econômico de explorar o minério ali existente.

Nossa região é rica. Temos calcário, caulim, minério de ferro, feldspato, mica e pegmatito à vontade. Estamos assentados sobre a maior província pegmatítica das Américas, com possibilidade de exploração de cristais de rocha para exportação. A nossa região está produzindo 340 carretas, por dia, de granito e exportando para Carrara, porque lá o mármore acabou, e estão levando o belo granito de Minas Gerais, exportado para toda a Europa e para os Estados Unidos para ser industrializado.

Temos riquezas maravilhosas na região próxima do Norte -Montezuma, Porteirinha, Monte Azul. Aquelas montanhas maravilhosas de ferro. Lamentavelmente, até hoje não conseguimos que governo algum encetasse o trabalho de um projeto mais eficaz para a exploração dessas riquezas.

Hoje existem dois projetos: o de macrologística da região Centro-Leste brasileira, realizado pela empresa Macrológica, que prevê vários investimentos em ferrovias e rodovias na nossa região. A mais importante é a ferrovia que liga Governador Valadares, Teófilo Otôni e Itaobim.

O outro projeto está sendo desenvolvido no governo desde 2003, com a minha participação pessoal junto ao Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais. É a logística para atendimento da volta do relacionamento de Minas Gerais com a Bahia, a reconstrução da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que ligava Caravelas, na Bahia, passando por Carlos Chagas, Nanuque, Teófilo Otôni, adentrando pelo Jequitinhonha e chegando ao coração do Vale do Jequitinhonha, que é a cidade de Araçuaí. Naturalmente também atenderá a região Norte mineira, porque seria idéia interessante desse projeto ligar a Montes Claros, Unai e ao Distrito Federal.

Estamos lutando e trabalhando por esse projeto desde 2003. Agora, na Assembléia, dos contatos que mantivemos com o Governador, o Vice-Governador, o Secretário de Estado de Indústria e Comércio e o Presidente da Fiemg, estamos tentando arrematar esse projeto de tal forma que ele se transforme em um projeto estruturante do governo.

Por que estou colocando esse assunto dessa forma, na Assembléia, e pretendo detalhá-lo em outras oportunidades? Por dois motivos principais. O primeiro é criar no Estado de Minas Gerais a idéia positiva de que o Nordeste e o Norte de Minas não podem continuar sendo tratados como regiões pobres, miseráveis e que precisam do assistencialismo do governo.

Queremos ser mais, podemos ser mais e haveremos de ser mais fortes, para deixarmos de ser um peso na costa do governo ou instrumento de uso político pelos Deputados que compram seus votos naquela região em todas as eleições.

Nossa posição, no Plenário desta Casa, é defender aquela região, citando, após o primeiro motivo, o segundo grande motivo: não precisamos mais de esmolas, não as queremos mais. Chega de esmolas. Queremos investimentos pesados e fortes para criar em nossa região a infraestrutura logística capaz de desamarrar o nosso processo de desenvolvimento. Não pretendemos mais mendigar pelas secretarias de Estado e pelos ministérios alguns pequenos favores porque estamos muito preocupados com o futuro da nossa região.

E Minas precisará muito do Nordeste mineiro pois, se quiser fazer um pólo florestal, terá de usar essa região, assim como se quiser um pólo de granito, um novo pólo de ferro-gusa ou sucroalcooleiro. Oitenta por cento das nossas terras estão sem utilização. Nossa população esvaiu-se. Quarenta por cento do território de Minas Gerais fazem parte do Norte ou do Nordeste deste Estado, mas temos apenas 19% da população. E o que é mais incrível: representamos apenas 8% do PIB do Estado. Isso significa que as regiões Norte e Nordeste do Estado, que representam 40% do território de Minas, detêm apenas 8% da economia, 8% das indústrias e do faturamento, enfim, 8% do bolo para geração de empregos.

Temos uma situação inusitada: a segunda maior cidade do Vale do Jequitinhonha está aqui. Refiro-me a Ribeirão das Neves, pois 65% da sua população são fugidos e oriundos do Jequitinhonha. Por esse motivo, essa cidade é tão pobre e desgraçada, tal como as cidades dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Toda a pobreza de Ibirité e de Ribeirão das Neves vem de lá. A população dessas cidades é formada por desalojados, por fugidos, por pessoas que não suportaram a pobreza e vieram buscar uma chance e uma oportunidade perto da grande Capital, o que gerou problemas, porque trouxeram para cá também a pobreza.

Sr. Presidente, este é um momento de reflexão. Em 2007, completam-se 200 anos do nascimento de Teófilo Benedito Ottoni, político liberal que, na época do Império, era o único Senador que não beijava a mão do Imperador. Era o único que não se curvava, que não se dobrava. Era o homem que, desalentado com a política, voltou-se para o empreendimento e criou a Companhia de Navegação no Vale do Mucuri. Com a criação dessa companhia, Teófilo Benedito Ottoni aportou naquela região em 1849 e, em 1853, traçou o perfil da cidade, que ele chamou de Nova Filadélfia, espelhando-se na liberdade existente nos Estados Unidos da América. Implantou no Vale do Mucuri o primeiro projeto brasileiro de colonização, com colonos livres, já que, naquela oportunidade, já era antiescravagista. Criou, com sua força e determinação, uma empresa para o desenvolvimento da região, penetrando nas selvas do Mucuri, onde enfrentou os índios, as dificuldades e as doenças.

A cidade de Teófilo Ottoni, que completa 200 anos em 2007, deu para Minas Gerais outro exemplo. Os senhores, companheiros Deputados e Deputadas, lembram-se do pronunciamento feito pelo Governador no dia da nossa posse, quando ele citou três figuras exponenciais da vida pública de Minas, sendo um deles Teófilo Ottoni.

Teófilo Ottoni era um visionário, um homem que acreditava no futuro. Como se sabe, ele passou o resto de sua vida tentando projetar o desenvolvimento do Vale do Mucuri, região pobre e inóspita. Foi ele quem traçou a primeira rodovia carroçável de penetração no território mineiro e brasileiro: Rodovia Santa Clara, que partia das margens do Rio Mucuri, subia pelo referido rio, até chegar ao Rio Todos os Santos.

Com a contribuição do Eng. Antônio Teive de Argolo, um português corajoso, construíram a primeira ferrovia de penetração no território brasileiro. Refiro-me à estrada de ferro Bahia-Minas, que partia de Caravelas, na Bahia, e chegava ao coração do Jequitinhonha, em Araçuai. Porém, caros colegas, durante a Ditadura de 64, com base em um decreto que ordenava a extinção de ramais deficitários, acabaram com a referida estrada de ferro. Na época, a ferrovia ainda era incompleta, porque seu projeto chegava a Montes Claros. Tivemos de engolir essa decisão.

Diante disso, ficaram prejudicadas as 22 localidades do entorno da ferrovia, construída para exportar cacau, pimenta-do-reino, poaia e café, que, na época, eram nossas grandes riquezas. Em Teófilo Ottoni, havia grandes armazéns que coletavam todos esses produtos. Em Minas Gerais, quase ninguém sabe que a região do Nordeste mineiro foi grande produtora de cacau. O Sul da Bahia, que se transformou em um grande produtor nacional de cacau, buscou mudas de cacau no Vale do Mucuri. Ninguém conhece a história do nosso Estado e do nosso país; ninguém conhece a vida do ilustre mineiro Teófilo Benedito Ottoni. Esse homem construiu uma região, para onde levou, na época da escravidão, colonos alemães, suíços, belgas, italianos e chineses, que ajudaram a abrir a rodovia. Posteriormente, portugueses ajudaram a construir a ferrovia.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Paulo Pinheiro Chagas, em um livro que contém 622 páginas, descreveu muito bem a história de Teófilo Ottoni, o Ministro do povo, o homem do lenço branco, o homem da luva branca. Teófilo Ottoni foi homenageado de forma bastante forte.

Nova Filadélfia transformou-se em Município e passou a receber o nome de seu fundador: Teófilo Ottoni. Cidade filha do sonho e da fantasia, talvez da ilusão, porém também da ousadia, da criatividade e da força cívica de uma alma rebelde, que se revoltou contra o Império. No interior de Minas Gerais, quis fazer uma colonização com colonos livres, contrapondo-se à escravidão defendida pelo Império. Neste ano, esse exemplo precisa ser lembrado por meio de uma homenagem. É o que iremos fazer, por intermédio desta Casa.

Faço um apelo às nobres Deputadas, aos companheiros Deputados e ao Presidente desta reunião, Deputado Carlos Mosconi. Peço-lhes que nos ajudem a sustentar a idéia de que essa região pode ser desbravada novamente, visto que ela merece dispor da estrutura necessária ao seu desenvolvimento. Dessa forma, não continuará sendo um peso para o Estado de Minas Gerais, não representará apenas um mote para os poetas e cancioneiros.

Encontramo-nos na mesma situação citada por Luiz Gonzaga em seu famoso baião: "Uma esmola a um homem que é são ou o mata de vergonha ou vicia o cidadão". Não queremos mais esmolos, pois não precisamos disso, mas de oportunidade para nos desenvolver e crescer, visto que o nosso subsolo é rico e o nosso povo, trabalhador. No passado, demos exemplos de bravura, coragem, determinação e vontade de fazer as coisas, mas essa vontade precisa do respaldo dos Deputados de Minas Gerais.

Esta Assembléia me recebeu muito bem. Sinto-me gratificado pela amizade dos senhores e das senhoras, bem como pelo respeito que se sente até mesmo em momentos de debates acirrados entre a Situação e a Oposição. Sr. Presidente, este ambiente - e cumprimento todos os companheiros por isso - é muito mais agradável que o de Brasília, na época em que estive lá.

Sr. Presidente, nesta Casa há uma relação diferenciada, onde as pessoas se respeitam como pessoas, e, sobretudo, um sentimento de mineiridade que faz com que nós todos, acima de interesses outros, defendamos os interesses de Minas Gerais. E assim deve ser. E assim é bom que seja para que nós todos um dia possamos dizer aos nossos filhos e a todos os que ainda virão depois de nós que cumprimos a nossa tarefa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Fico feliz de ainda ter conseguido retornar durante a sessão em transcurso, a ponto de ouvir parte de seu depoimento e cumprimentar o nobre companheiro para registrar a alegria de tê-lo aqui como colega de Parlamento. V. Exa., que é um municipalista convicto, com uma história bonita, com serviços prestados a Teófilo Ottoni e em todo o Estado, traz hoje sua experiência de vida e de homem público para o Parlamento mineiro.

Quero congratular-me com V. Exa. e dizer que também me sinto nessa posição confortável na Assembléia mineira, por ver que a Casa tem trabalhado, ouvido os anseios da comunidade e prestado um serviço de maneira objetiva, com nossa pluralidade de idéias, com o debate, às vezes caloroso, que é próprio e saudável na democracia, mas, acima de tudo, buscando resultados para nossa população.

Aproveito o aparte para comunicar que acabo de retornar de reunião com a Secretária Renata Vilhena, ao lado da Presidente da Comissão do Trabalho, Deputada Rosângela, quando fomos cumprir uma missão em nome de todos os Deputados da Casa, que, assim como V. Exa., vêm todos irmanados na preocupação de que superemos o da paralisação dos nossos Defensores Públicos e, obviamente, de que consigamos a

valorização deles.

Essa valorização já vem ocorrendo ao longo dos primeiros quatro anos do governo Aécio Neves, que ampliou de forma muito significativa o orçamento da Defensoria Pública, mas que neste momento precisa de fato estabelecer um diálogo. Coube a nós, da Comissão de Trabalho, levar essa palavra de entendimento. Voltamos felizes por encontrar uma boa acolhida e, mais do que isso, com a informação de que os procedimentos estão sendo feitos.

A Secretária Renata Vilhena estará amanhã em audiência com o Governador, ultimando e acertando uma proposta final, ouvindo o Governador sobre o que é possível ao governo apresentar de contraproposta. Até porque hoje é que está sendo empossado o Defensor-Geral, Dr. Leopoldo.

Na oportunidade a Secretária Renata Vilhena definirá uma proposta com o Governador, a qual talvez possa ainda ser apresentada na próxima sexta-feira. Buscamos entendimentos para que houvesse uma contraposta e voltamos com uma posição objetiva de que o diálogo está aberto e, mais do que isso, de que a proposta ocorrerá.

Fiz essa comunicação durante o seu pronunciamento porque V. Exa. tem sido, por assim dizer, um defensor também dessa bandeira. E, mais do que isso, é um parlamentar que admiro e respeito. Portanto, tomei a liberdade de, além de cumprimentá-lo, trazer essa notícia positiva, esse alento.

A nossa expectativa é que prevaleça de fato o diálogo e o entendimento e os Defensores Públicos sejam valorizados e voltem a prestar esse serviço fundamental, principalmente para os mais pobres que não têm como pagar a assistência jurídica na sua defesa para que a justiça seja feita. Muito obrigado e parabéns, Deputado Getúlio Neiva, que é de fato uma referência. Por isso me sinto feliz ao estar ao seu lado aqui, nesta Casa.

O Deputado Getúlio Neiva* - Obrigado a V. Exa., cuja presença neste instante enobrece a minha participação no Plenário desta Casa, sobretudo porque na minha vida fui advogado dativo, quando não existia a Defensoria, respondendo para atender os mais pobres. A Defensoria Pública da minha cidade também está aguardando essa importante notícia.

Para concluir o meu pronunciamento, Deputados e Deputadas, registro que minha região precisa de um pouquinho de carinho. Não aquele carinho que ocorre em véspera de eleição, quando se afaga um e outro para conseguir voto, mas sim um carinho especial, diferenciado. Já não queremos continuar dependentes; já não queremos esmolas. Queremos, sim, um trabalho profundo.

Tudo o que se fez, até agora, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, foi positivo. Houve obras boas nos governos Newton Cardoso, Tancredo Neves e Hélio Garcia, assim como no governo Aécio Neves, como o Pró-Acesso, em que serão beneficiadas mais quatro ou cinco cidades da nossa região. As cidades ficarão bonitinhas, arrumadinhas. Serão ligadas por asfalto, e haverá luz na fazenda de todos, mas as pessoas passarão necessidade por falta de oportunidade de trabalho.

Já não queremos continuar nessa situação humilhante, pois somos um povo orgulhoso. Queremos trabalhar, produzir, contribuir para Minas Gerais. Queremos deixar de ser apenas consumidores, para nos tornarmos produtores. Com o Triângulo, o Sul e a Grande BH, queremos a oportunidade de produzir para Minas e para o Brasil. E a produção, o emprego, a oportunidade de crescimento das regiões do Nordeste e do Norte de Minas só ocorrerá se esses planos de logística forem aplicados pelo governo do Estado. E, pasmem os senhores!, o Estado não precisa gastar um tostão para realizar essas obras. Há interesses das empresas de celulose, dos grandes plantadores de eucalipto do Alto Jequitinhonha de bancar o projeto. Basta que o governo tome a iniciativa de preparar a parceria público-privada.

Quanto à ferrovia que partirá de Governador Valadares, passando por Teófilo Ottoni, seguindo até Itaobim, há interesses econômicos da própria Vale do Rio Doce, que precisa apenas dos estudos ambientais; portanto estamos, hoje, num momento crucial, importante para que deixemos de ser dependentes do governo, dependentes de esmolas e de ajuda e sejamos mais altaneiros, produtivos, contribuintes do desenvolvimento de nosso Estado, para que não deixemos a região do Nordeste mineiro continuar a sofrer.

Esperamos que haja mais carinho com essa região e solicitamos suporte junto ao governo para que esses projetos de logística sejam implantados, pois a estagnação econômica e a miséria social dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha só serão eliminados se houver essas obras redentoras. Foi um prazer estar aqui. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia. Parabenzamos o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, ontem, concedeu aos Municípios de todo o País o aumento de 1% da cota do FPM. É um aumento importante para salvar alguns Municípios que se encontravam em situação muito difícil, principalmente os do interior, que vivem quase que exclusivamente dessa receita.

Parabenizo o Presidente Lula não só por essa iniciativa, uma vez que o seu governo vem sendo pautado por uma ajuda indireta a todos os Municípios brasileiros, principalmente aos mais pobres, se levarmos em consideração os programas sociais.

O Bolsa-Família tirou os Municípios de uma situação de penúria. Era comum, nas Prefeituras do interior, filas e mais filas de centenas de pessoas, todos os dias, pedindo ajuda para comprar comida, pagar conta de água, pedindo remédio, etc. O Bolsa-Família veio aliviar os Prefeitos de uma pendência social muito grande que ocorria neste país.

Sem falar no apoio dispensado aos Municípios, em se tratando do Pronaf, que tem ajudado milhões de trabalhadores rurais que não tinham acesso ao crédito no País. Hoje, esses mesmos trabalhadores estão vendo suas pequenas propriedades produzirem, proporcionado sustento para as suas famílias.

Além disso, outras ações importantes também foram desenvolvidas pelo governo do Presidente Lula para ajudar os Municípios brasileiros. Como exemplo, podemos citar vários programas, sobretudo um, que é tão importante e que merece referência. É o caso do programa Luz para Todos.

Os Municípios brasileiros não tinham capacidade nenhuma de investimento, ou melhor, quase zero, em se tratando de levar energia elétrica às comunidades rurais. Mas isso está sendo vencido no Brasil, graças a essa ação corajosa do nosso Presidente Lula.

Existem ainda vários outros programas igualmente importantes, como, por exemplo, o Leite pela Vida, o ProUni e tantos outros já anunciados e de conhecimento de todos.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Presidente Lula também pela avaliação positiva de seu governo. Ontem foi publicada mais uma pesquisa de avaliação do governo do Presidente Lula, pelo instituto Censo, onde pudemos observar que a popularidade do nosso Presidente está crescendo. Isso vem demonstrar que a população brasileira está sabendo separar, muito bem, a pessoa do Presidente e a sua administração, de algumas pessoas ou partidos, principalmente os de oposição ao governo Lula.

Setores organizados de uma oposição sistemática ao governo quiseram colocar, na memória dos brasileiros, que era culpa do Presidente a questão do apagão aéreo. Quanto a isso, essa pesquisa vem demonstrar que a população brasileira está sabendo, muito bem, dividir as coisas. Além disso, que essa insistência sistemática da Oposição em querer parar o País, criando essa CPI, não faz nenhum sentido.

Por tudo isso, mais uma vez parabeno o Presidente Lula e todo o povo brasileiro, que está sabendo tomar a decisão correta. Essa pesquisa também vem demonstrar ao Congresso Nacional e aos partidos de oposição ao governo Lula que precisamos, de fato, deixar o homem trabalhar, porque a população brasileira aprovou o Presidente nas urnas e, agora, também o está aprovando nas pesquisas.

É hora de o País crescer e de o Congresso votar o PAC, para que possamos ter 500 bilhões de investimentos na economia do País, o que vai gerar empregos e oportunidades para todos no Brasil.

Também gostaria de aproveitar essa oportunidade para abrir outras duas discussões: sobre o pacto federativo e a redistribuição do ICMS em Minas Gerais.

Nesta semana, fiz alguns levantamentos e cruzei alguns dados. Pude constatar que o critério de distribuição do FPM vai de 0 a 10.188 habitantes. Ou seja, o Município que possui até 10.188 habitantes tem o coeficiente de 0,6%.

Isso deveria ser diferenciado, porque é uma injustiça o que se comete, por exemplo, com Municípios como Chapada Gaúcha, com 9.077 habitantes, e Carbonita, no Vale do Jequitinhonha, com 9.451 habitantes, que recebem apenas 0,6 de FPM. Já o Município de Passa-Vinte, com apenas 245km² e 2.111 habitantes, também recebe o mesmo coeficiente. Sem falar na dificuldade de se administrar um Município como Chapada Gaúcha ou Bonito de Minas, por exemplo, que tem 3.900km² e também recebe o mesmo ICMS de Santa Cruz de Minas, um bairro de São João de-Rei que foi emancipado e tem apenas 2,8km² de extensão. Com aproximadamente 4.000km², Bonito de Minas recebe o mesmo FPM e o mesmo ICMS de Santa Cruz de Minas, Albertina ou Bandeira do Sul.

Portanto, aproveito essa discussão sobre o FPM e sugiro que esta Casa discuta novamente a distribuição do ICMS no Estado. Não é possível que grandes Municípios do Noroeste, do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, com extensão territorial considerável, continuem sendo prejudicados e recebam uma quantia irrisória de ICMS. Coloco-me à disposição para contribuir e acredito que a Assembléia deva debater esse tema, incluindo a Lei Robin Hood, observando dois critérios: a população e a extensão territorial de cada Município.

É muito difícil administrar cidades do tamanho de João Pinheiro, com quase 12.000km², ou de Formoso, com quase 5.000km², e ICMS menor do que o de Santa Cruz de Minas, que possui apenas 2,8km². Reafirmamos, portanto, que esses Municípios são difíceis de serem administrados em virtude da sua extensão territorial, o que implica garantia de transporte escolar para comunidades distantes e manutenção das estradas. Sabemos que o governo estadual não repassa todos os recursos referentes ao transporte escolar. São esses Municípios que garantem mais de 80% dos recursos para o transporte escolar, incluindo também o da rede estadual de ensino.

É preciso que essas regiões, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha sejam tratados de forma diferenciada, sim. Esta Casa e o Congresso Nacional devem reabrir a discussão sobre as novas emancipações. É impossível administrar um Município do tamanho de Januária, com extensão territorial superior a 10.000km². O Distrito de São Joaquim, que se localiza a 120km da sede e possui mais de 7 mil habitantes, até hoje não conseguiu emancipar-se. Enquanto isso, no Sul de Minas, Municípios com apenas 2 mil habitantes foram emancipados há muito tempo. Qual foi o critério utilizado? Houve, sim, e sempre existiu, discriminação contra nossa região no que se refere à redistribuição dos recursos do Estado.

Cito ainda, como exemplo, a cidade de Betim, que, sozinha, arrecada mais ICMS do que as 92 cidades do Norte de Minas juntas.

Esse critério está errado. Isso precisa ser rediscutido. Tudo bem, as empresas estão lá, há produção e uma fábrica da Fiat. O Município está sendo beneficiado duplamente. Por meio das suas secretarias, o governo do Estado proporcionou, ao longo dos anos, que todos os investimentos permanecessem nas cidades metropolitanas. E aí? Quem compra os carros é todo o Estado.

Repito: isso precisa ser rediscutido. Certamente essas regiões, juntando o Norte de Minas e o Noroeste, que abrangem aproximadamente 50% da extensão territorial do Estado, não recebem nem 20% da arrecadação de Minas Gerais. Isso não tem cabimento.

Portanto, devemos reabrir essa discussão para haver mais justiça no Estado e, além disso, para que o sentimento de Minas, tão citado nos discursos, chegue a todos os cantos do Estado - Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Bonito de Minas, Miravânia, Chapada Gaúcha, Carbonita, Ninheira, Olhos-d'Água, Pintópolis, Riachinho, Verdelândia -, a tantas cidades pobres, esquecidas e isoladas, sem acesso asfáltico e que, mesmo sem condição nenhuma, têm de bancar o transporte escolar da rede estadual e ainda a despesa de gasolina, aluguel da sede e telefone da Polícia Militar.

Precisamos reabrir essa discussão nesta Casa para, de fato, fazermos justiça ao povo mineiro de forma geral. Vamos dividir o pão, fazer justiça por meio desta Casa e dos Deputados votados pelo povo e, de forma justa, discutir novamente a redistribuição do ICMS, bem como, em nível federal, a questão do pacto federativo e a redistribuição do FPM. Sr. Presidente, muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/4/2007

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo a tribuna desta Casa para trazer uma notícia que acabamos de receber do Governador Aécio Neves. Para tal, gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar o momento e fazer a leitura do ofício que acabei de entregar, em mãos, ao Governador sobre a reivindicação salarial dos servidores da área de segurança pública. (- Lê:)

"Exmo Sr. Governador, o Deputado que este subscreve, com os cordiais cumprimentos, vem a vossa presença solicitar implementação de política remuneratória, para os próximos quatro anos, que contemple os servidores da área de segurança pública - policiais militares, Bombeiros Militares, policiais civis e Agentes Penitenciários.

O objetivo da solicitação é garantir, através da política remuneratória, a valorização do servidor, a paridade para os inativos e o reconhecimento do caráter diferenciado de suas funções, tendo em vista os riscos à integridade física no desempenho de atividades perigosas.

A título de comparação, apresento quadro dos vencimentos, sem adição de quinquênios, dos servidores estaduais da área de segurança pública, em destaque os valores pagos aos policiais mineiros, que ocupam hoje o 16º lugar no "ranking" entre os 27 entes da Federação. A classificação, a instituição e o vencimento de Soldado, no quadro comparativo: em 1º lugar, o Distrito Federal, Polícia Militar de Brasília, com o vencimento-base de R\$2.617,26; em 2º, a Polícia Militar de Santa Catarina, com vencimento de R\$2.126,65; em 3º, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, com vencimento de R\$2.119,60; em 4º, o Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, com vencimento de R\$2.101,30; em 16º, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e os Agentes Penitenciários - com um valor um pouco diferente - de Minas Gerais, com um piso inicial de carreira de R\$1.333,90.

Outro comparativo a ser utilizado é a situação remuneratória do policial rodoviário federal, cuja exigência do grau de escolaridade é a mesma de um Agente de Polícia Civil e do Soldado da polícia ou Bombeiro Militar. O servidor federal está recebendo, desde a vigência da Lei nº 11.358, de 2006, R\$5.084,00, em início de carreira, ou seja, quase quatro vezes mais que o Soldado da Polícia Rodoviária Estadual.

Esperamos, através dessa iniciativa, concretizar a valorização dos servidores da segurança pública e que Minas Gerais ocupe, no mínimo, o 3º lugar no "ranking" nacional. Antecipo agradecimentos pela atenção dispensada e apresento protestos da mais alta estima e consideração. Atenciosamente, Deputado Sargento Rodrigues - PDT."

Além deste Deputado, Sr. Presidente, assinam conosco outros 74, ou seja, 75 Deputados assinam esse documento. E, já que dois Deputados não puderam assinar o documento, em virtude de compromissos externos, posso afirmar que tivemos a assinatura da totalidade dos Deputados desta Casa. Em audiência com o Governador Aécio Neves agora há pouco, às 13h30min, entreguei-lhe esse documento em mãos. O que trouxemos como resposta foi, certamente, o que policiais civis, policiais militares, Bombeiros Militares e Agentes Penitenciários de todo o Estado esperam.

Fiz um apelo ao Governador para que a política salarial seja implementada para os próximos quatro anos, a fim de que o servidor não tenha de fazer manifestações nem reivindicar aumentos salariais todos os anos. Ouvi do Governador a resposta de que, nos próximos dias, anunciará o reajuste salarial dos servidores da área de segurança pública do Estado de Minas Gerais.

Além do mais, no início da semana que vem, o Governador terá a resposta do estudo elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão e pela Secretaria de Fazenda. De posse desse estudo, nos primeiros dias da semana que vem, o Governador irá anunciar o reajuste salarial.

Volto a insistir em que fizemos um forte apelo ao Governador, para que ele possa anunciar não só o reajuste salarial, mas também uma política remuneratória para os próximos quatro anos do seu mandato - 2007-2010. Saí da reunião otimista, depois da conversa com o Governador. Espero com esse anúncio ter a tranquilidade de estar construindo uma segurança pública melhor em Minas Gerais. Tivemos vários avanços neste governo, como as promoções por tempo de serviço e o abono-fardamento, que recebemos a partir do ano passado; avanços que continuarão ocorrendo com o anúncio do Governador, que se dará nos próximos dias.

Nessa conversa com o Governador, ficou claro que teremos um resgate da valorização do servidor público e das perdas salariais ocorridas ao longo dos últimos quatro anos. Recebi do Governador, com muita clareza, a informação de que faria o estudo no limite da receita do Estado, a fim de realizar o reajuste salarial desses servidores.

Portanto, com muita satisfação, ocupamos a tribuna desta Casa, nesta tarde, para dizer que o anúncio do Governador, com certeza, irá beneficiar os servidores da área de segurança pública. O mais importante é que esse anúncio será o início de uma política salarial para os próximos quatro anos, o que nos dará a certeza de que, a partir do ano que vem, não precisaremos buscar uma nova interlocução com o governo por melhores salários.

E, assim sendo, entendo que, se finalizarem o estudo no início da semana que vem e o Governador anunciar nos próximos dias esse reajuste salarial, teremos tranquilidade para dar aos policiais militares e civis, aos Bombeiros Militares e aos Agentes Penitenciários essa notícia que resgatará suas perdas salariais nos últimos quatro anos. Além do mais, já que há uma cobrança intensa de toda a Polícia Civil de Minas Gerais para que seu policial se aposente aos 30 anos de serviço, desde que 20 deles de natureza estritamente policial, tivemos a oportunidade de entregar a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, que contou com o apoio de 34 Deputados, que a subscreveram. Disse ao Governador que essa é uma reivindicação antiga. No mandato passado, em 2004, aprovamos uma emenda à Constituição, mas, infelizmente, em virtude de um parecer contrário da GE, não foi possível efetivar a aposentadoria dos policiais civis aos 30 anos. Entretanto, com a aprovação da Emenda à Constituição nº 47, em Brasília, em 2005, o governo do Estado já poderia possibilitar tal aposentadoria.

Quando entregamos essa proposta, o Governador nos afirmou que a estudaria o mais breve possível com o Vice-Governador, Anastasia. No caso de aprová-la, certamente solucionaríamos a questão da aposentadoria dos policiais civis, que, há muito tempo, vêm clamando por igualdade de tratamento. Quando o governo fala em integração, presume-se que ela aconteça em sua totalidade, e a reivindicação maior da Polícia Civil nesse aspecto é que a aposentadoria seja aos 30 anos de serviço.

Recebi do Governador a resposta de que iria entregar imediatamente a proposta de minha iniciativa para estudo, a fim de verificar sua viabilidade o mais rápido possível, para que a Assembléia, com sua base, pudesse aprová-la. Saí da audiência com o Governador bastante otimista, pois levei a ele essas duas reivindicações, e agora os servidores da segurança pública aguardam ansiosamente por esse anúncio. E tenho a certeza de que ouviremos do Governador o que todos estão realmente aguardando.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Obrigada, Deputado Sargento Rodrigues. Ouvi atentamente seu pronunciamento, especialmente no que se refere ao servidor público de Minas Gerais. Hoje, eles estão aqui se manifestando, exatamente por estarem aguardando uma posição do governo relativamente à pauta de reivindicações apresentada.

Essa pauta foi elaborada de forma organizada, unificando os anseios de todos os segmentos de servidores do Estado, somando a segurança pública. Eles reivindicam um reposicionamento no plano de carreira, nas tabelas salariais e a ampliação do atendimento do Ipsemg no Estado, uma segunda proposta articulada para unificar a luta dos servidores. Há ainda as reivindicações de cada setor específico, que provavelmente devem relacionar-se a uma política remuneratória permanente para o Estado, conforme o Deputado Sargento Rodrigues expôs.

Há um passivo de Minas com os servidores públicos em todas as áreas - segurança, saúde, educação e outras -, e as categorias estão unidas para, de fato, merecerem uma atenção especial do Governador Aécio Neves. Os servidores esperam que suas reivindicações históricas sejam atendidas e haja recomposição salarial, para que, de fato, possam prestar um serviço de qualidade em todas as áreas públicas do Estado.

Aguardamos com ansiedade que o anúncio seja o mais positivo possível, para se recuperarem o respeito e a dignidade de todos os servidores do Estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço à Deputada Elisa Costa. Na verdade, V. Exa. vem confirmar aquilo que estamos cobrando do governo, e também as próprias entidades de classe dos servidores públicos civis e militares. É nessa mesma linha de entendimento que esperamos do Governador o compromisso em fazer interlocução política. Ele afirmou que fará nos próximos dias o anúncio do reajuste salarial. Esperamos, Deputada Elisa Costa e demais Deputados, que o Governador anuncie um aumento dentro daquilo que é esperado por todos, não só por este Deputado, mas por todos os servidores. Há o documento que entreguei, e esperamos que ele seja atendido. Ele é de conhecimento público, pois foi entregue ao Vice-Governador, Antônio Augusto Anastasia, e ao Secretário Danilo de Castro. Fiz questão de fazer a sua leitura na íntegra, já que este pronunciamento estará publicado amanhã no diário oficial do Estado.

Com essa expectativa e otimismo, Deputada Elisa Costa, esperamos, para os próximos dias, o anúncio do Governador. Agradeço publicamente a todos os Deputados desta Casa, aos 75 Deputados que assinaram o documento. Sabemos que isso tem um peso enorme, afinal foi assinado pela totalidade do Parlamento. Todos os Deputados da Oposição o assinaram, e ele foi entregue pessoalmente.

Com o espírito de compromisso e de luta com os servidores da área de segurança pública é que fomos ao governo reivindicar. Esperamos que o anúncio do Governador realmente venha ao encontro da esperança que o servidor alimenta. Estamos confiantes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de que este anúncio, com certeza, acabará com a ansiedade dos servidores. Fizemos questão de afirmar e reafirmar ao Governador que, ao fazer o anúncio, anuncie uma política remuneratória para quatro anos. Assim, o servidor, sabendo que terá uma política salarial satisfatória, realmente poderá trabalhar em paz, cuidar do seu serviço, da sua família.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, aos Deputados que assinaram comigo este documento, que é de fundamental importância para os servidores da segurança pública. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Nossos cumprimentos ao Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, funcionários da Casa e participantes que nos assistem pelas galerias.

Trataremos aqui de alguns assuntos importantes, de fatos que estão ocorrendo e não podemos deixar passar, sem dar-lhes uma importância maior. A começar pela segunda-feira, quando o Governador Aécio Neves reuniu Prefeitos, Deputados e lideranças para anunciar mais quase 40 novas ordens de serviços do Pró-Acesso.

O programa precisa ser valorizado pela sua importância, porque é muito fácil o Executivo cumprir sua obrigação, pois está ali para isso, mas, quando os fatos ocorrem, devem ser valorizados. Isso porque, se não ocorrem, a administração é criticada e extremamente cobrada. O Governador estabeleceu, entre suas metas prioritárias, valorizar as pequenas cidades, dar-lhes oportunidade para melhorar a vida de seus cidadãos. Nessa caminhada, o Governador espera, em dois anos, concluir o projeto, colocando as 226 cidades programadas asfaltadas até as rodovias principais.

Isso beneficiará muito as cidades, facilitará o escoamento, principalmente da produção agropecuária, vocação do Estado. Desta tribuna, parabeno o governo pelo trabalho, por liberar mais 38 novas ordens de serviço do Pró-Acesso. Como ele mesmo bem diz, quando faz, já tem os recursos garantidos. Não se trata de politicagem nem de promessa, mas de realização de obra. Deixo esse registro, que não é bajulação, pois não tenho esse perfil. É obrigação de todos nós, do Legislativo, reconhecer esse valor para os Municípios. Lá não havia distinção entre Deputados da base e da Oposição. Fosse quem fosse o Deputado majoritário, ele era chamado pelo Governador para acompanhar o Prefeito na entrega da ordem ou na assinatura do convênio para o início das obras do Pró-Acesso.

Ontem tivemos mais uma solenidade muito singela e simples, mas de grande ressonância e importância. O Executivo Estadual entregou viaturas e equipamentos para reforçar o Corpo de Bombeiros, que faz um belo trabalho, pois seus integrantes arriscam sua vida para salvar pessoas da nossa sociedade. O Governador entregou equipamentos importantes que darão mais tranquilidade e boa-vontade para que o pessoal da corporação trabalhe até com mais satisfação no desempenho de suas árduas funções, as quais conhecemos. Assim, os recursos humanos poderão trabalhar com mais eficácia, eficiência e tranquilidade.

Fica também uma explicação para a sociedade sobre a aplicação dos recursos recebidos pelo governo para essa finalidade. A verba não é desviada para outras funções, ainda que necessárias, mas destinada a investimentos na área de segurança pública, principalmente para os Bombeiros.

Considero de suma relevância esse ato. Nossa cidade e várias outras foram beneficiadas com esses equipamentos, que darão mais condições de trabalho aos nossos Bombeiros; portanto, esse ato efetivo do governo do Estado merece o nosso aplauso e reconhecimento.

Quero também ressaltar que, na manhã de hoje, ocorreu, na Faemg, importante solenidade para o Estado de Minas Gerais. Minas tem a sua vocação: a agropecuária. Temos um grande rebanho, principalmente bovino, e essa atividade agropecuária é muito importante para a nossa economia. A nossa Faemg está de parabéns ao promover entre 28/5/2007 e 3/6/2007 a 47ª Exposição Estadual Agropecuária de Minas Gerais, associada à 10ª Expocachaça. Essa exposição também será na Expominas, para que todos os setores - laticínios, silvicultura, cafeicultura, fruticultura, apicultura, floricultura - e tudo relacionado com a produção rural possam, durante essa semana, na 47ª Exposição Estadual, levar ao conhecimento da sociedade os produtos que são produzidos no campo, na região rural do nosso Estado.

Parabeno a Faemg, por seu Presidente, Dr. Roberto Simões, também Diretor-Presidente do Sebrae. Lá estiveram presentes o Secretário de Ciência e Tecnologia, Humberto Portugal; o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o nosso querido Gilman Viana, que também já presidiu a entidade; vários Deputados desta Casa; e grande número de lideranças e representações políticas e da sociedade.

Desde já, torcemos pelo sucesso das exposições. Sabemos já que teremos pleno êxito, porque tanto a Expominas quanto a área de exposição da nossa Capital serão palco dessas extraordinárias exposições: 47ª Exposição Agropecuária e a 10ª Expocachaça. A partir daí, grandes negócios serão fechados, não apenas durante esse evento, que já é tradicional, de extraordinária grandiosidade, mas também depois dele.

Parabéns a todos os que patrocinam e organizam esse evento. Desde já, desejamos muito êxito e sucesso. Na realidade, as conquistas serão repassadas ao produtor rural, aquele que trabalha no campo, na produção da agropecuária.

Quero falar também de uma visita que fiz ao DNIT para olhar as necessidades do nosso Estado. Minas Gerais é o Estado da Federação que tem o maior número de rodovias federais. Conhecemos a situação de calamidade de muitas delas, pois isso já foi muito comentado. Mas vemos uma luz no fundo do túnel: o DNIT já recebeu autorização para iniciar algumas obras nas rodovias do nosso Estado.

Com muita alegria, queremos citar - pois já é do nosso conhecimento e está confirmado - a duplicação da BR-040, do trecho de Sete Lagoas ao "trevão" de Curvelo. Ela está autorizada, e metade do recurso já está disponível para o início das obras. Temos a certeza de que essas obras serão iniciadas até o final deste mês ou o princípio do mês de maio, pois as empreiteiras ganharam as licitações, as concorrências, e estão autorizadas pelo DNIT a iniciar essas obras.

Sabemos que, hoje, a BR-040, no trecho de Sete Lagoas ao trevo de Curvelo, tem muitos buracos, depressões e ondulações, que atrasam, atrapalham e colocam em risco as viagens de muitos brasileiros - não só mineiros - que por ali transitam, em direção a várias partes do País. Então, queremos falar aqui da nossa satisfação em poder anunciar a todos os interessados que isso é realidade e que, dentro em pouco, teremos o início dessas obras. Estive no DNIT, e há a confirmação que, simultaneamente ao início das obras de duplicação, teremos as de restauração da atual rodovia, que está em péssimo estado de conservação.

Também quero reafirmar que, dentro em breve, teremos a licitação de uma grande obra, que já tem o aval do DNIT e do Ministério dos Transportes, corroborada pelo Vice-Presidente mineiro, José de Alencar: a recuperação e a restauração definitiva da BR-135, desde a BR-040, no entroncamento de Curvelo, até Montes Claros e de Montes Claros até a divisa com a Bahia.

Estamos esperançosos de que essas obras caminhem para a concretização, para evitar os desgastes. Que não só este Deputado, mas tantos outros, principalmente do nosso querido Norte de Minas, ocupem esta tribuna para continuar solicitando, cobrando, exigindo do governo federal - principalmente do Ministério do Trabalho e, mais especificamente, do DNIT - a conclusão dessas obras e o reparo, um reparo que nunca é definitivo, pois sempre tem sido feita a famosa tapa-buracos, que é quase um dinheiro jogado fora. Somos testemunhas disso, pois viajamos todas as semanas e vemos que, muitas vezes, o asfalto colocado em 15 dias já está todo deteriorado.

Ficam essas considerações, e voltarei, depois, para citar um grande evento, que houve na noite de ontem, em relação à indústria minerometalúrgica. Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de abordar dois assuntos. Se não for possível agora, falarei mais, provavelmente, em uma outra parte desta ou da próxima reunião. Um é referente à audiência pública realizada, ontem, pelas Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Participação Popular sobre os conflitos e os acidentes que têm ocorrido na Zona da Mata, gerados pela exploração da bauxita, em contraponto à vocação da região para a agricultura familiar, o ecoturismo e a preservação ambiental.

O outro assunto é uma questão polêmica, e até começarei por ele. É a questão da redução da maioria penal.

Uma pesquisa divulgada ontem pelos veículos de comunicação mostrou que mais de 80% da população brasileira é favorável à redução da maioria penal, um dado preocupante. Não venho aqui me contrapor aos números da pesquisa que, de fato, devem refletir a opinião das pessoas, mas para fazer desta tribuna algumas reflexões e dizer que a Comissão de Segurança Pública, presidida pelo Deputado Sargento Rodrigues, a qual acolheu requerimento do Deputado Paulo Cesar, realizará audiência pública em conjunto com a Comissão de Participação Popular, que, atendendo solicitação do Conselho Regional de Psicologia e da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, também aprovou a realização dessa audiência.

Essa discussão será realizada nesta Casa. Será um debate amplo, aberto e buscará levantar não só elementos de reflexão política, mas também observar as medidas práticas que o Estado de Minas Gerais pode e deve tomar junto aos demais entes federados, com o objetivo de fazer cumprir tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto promover a ressocialização dos jovens que cometem atos infracionais, garantindo, assim, a segurança e a vida das pessoas.

O debate será feito nesta Assembléia Legislativa, mas antecipo-me a ele porque, nesta semana, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - realizou mobilização nacional junto à frente parlamentar do Congresso exatamente para discutir essa situação. Sabemos que há uma grande incompreensão e muitas vezes até desconhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitas pessoas acham que esse Estatuto acoberta os adolescentes, ou seja, deixa de punir aqueles que cometem ato infracional. Esse é o primeiro equívoco. O Estatuto da Criança e do Adolescente estipula sete medidas socioeducativas, havendo até a possibilidade de internação para o adolescente que cometer ato infracional. O problema é que, de 1990 até hoje, pouco se fez na constituição de uma rede para cumprimento dessas medidas socioeducativas, mesmo das mais brandas, como, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade.

Pouco se fez também pela liberdade assistida, medida que tive a honra de implantar em Belo Horizonte quando fui Secretário de Desenvolvimento Social, aproveitando-me da experiência do Juizado da Infância e da Adolescência desta Capital, que já realizava trabalho pioneiro, pelo que rendo elogios ao Dr. Tarcísio e sua equipe técnica. A Prefeitura assumiu essa parceria e ampliou o atendimento. A liberdade assistida, que preconiza a existência de um orientador para acompanhar cada adolescente e a obrigatoriedade da permanência nas escolas e em cursos de qualificação profissional obteve grande êxito, pois poucos adolescentes reincidem no ato infracional após cumprirem a medida de liberdade assistida.

Há ainda as medidas de semiliberdade e de internação, que coloca o adolescente, num prazo de três anos, num estabelecimento de reclusão, evidentemente com a perspectiva da reintegração.

Nesse período, essa rede não se constituiu. Tivemos boas experiências em Municípios e Estados, porém essa não foi uma prioridade nacional.

Pode-se dizer que estamos diante de um ciclo da impunidade. A polícia executa a prisão, procede ao processo jurídico, e o Juiz estabelece a medida socioeducativa. No entanto, na hora em que o adolescente vai cumprir a medida socioeducativa, não há vaga para internação, não há programa de liberdade assistida, não há, pois, prestação de serviço à comunidade. Esse é o primeiro esclarecimento que muitos cidadãos não têm. Para eles, é como se o Estatuto impedisse qualquer tipo de punição ao jovem infrator.

Trago ainda outra questão para fazermos uma reflexão. Hoje são expedidos milhares de mandados de prisão contra adultos, mas, por falta de vagas no sistema prisional brasileiro, não são cumpridos. Portanto, quando se preconiza a redução da maioria penal, está-se recomendando o aumento do número de mandados de prisão não efetivados, visto que, infelizmente, não há no Brasil um sistema prisional eficiente.

Outro aspecto que merece ser lembrado é que a maioria das infrações cometidas por adolescentes não envolvem nenhum tipo de lesão física, homicídios ou ato dessa natureza. Todavia, nesse caso, por terem praticados pequenos furtos, muitos adolescentes ficariam juntos com marginais, ou seja, pessoas que cometeram crimes de alta periculosidade. Evidentemente, a prática de pequenas infrações é condenável e, nesse caso, os adolescentes têm de ser submetidos a algum tipo de punição. Entretanto, mantê-los juntos com marginais seria uma atitude ineficiente, considerando-se a perspectiva de ressocialização desses jovens. Como se vê, ao agirmos dessa forma, acrescentaríamos mais um agravante ao já caótico sistema de segurança pública deste país.

Como terceiro aspecto, ressalto que essa medida viabilizaria ainda mais o tráfico de drogas, visto que se diminuiria a idade média de recrutamento do jovem para esse tipo de prática.

Poderíamos listar vários argumentos. Esse debate tem em vista o aperfeiçoamento da execução do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não defendo a visão fechada segundo a qual o Estatuto está pronto e acabado. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda - tem discutido a implantação de um sistema nacional de cumprimento das medidas socioeducativas que seja mais eficaz. Isso é

muito importante. É preciso efetivar o Estatuto, e não apenas fazer sua defesa teórica, pois isso não resolveria a questão. Temos de defender a aplicação pelos governos do fundamento que preconiza o Estatuto, qual seja o respeito e a prioridade absoluta às políticas de inclusão social da criança e do adolescente.

Assim sendo, é preciso aperfeiçoarmos o debate. Atualmente, quantos jovens não conseguem ingressar nem permanecer no ensino médio? Quantos jovens não têm acesso ao ensino técnico profissionalizante? Quantos jovens não têm uma família estruturada? Quantos jovens não conseguem o primeiro emprego? Quantos jovens não têm acesso à universidade? Quantas crianças se evadem do ensino fundamental? Quantos adolescentes se evadem do ensino médio? Quantos jovens perdem a perspectiva de resgate da auto-estima em uma sociedade desigual e cruel como a nossa?

A prioridade é incluir socialmente crianças e jovens em políticas públicas dignas de educação, de profissionalização e de primeiro emprego, além do suporte de lazer e cultura que também todo ser humano precisa e merece. Esse debate muitas vezes não é feito, ou é feito na conseqüência e de forma equivocada, culpando o Estatuto por algo que não é dele. Temos de culpar os governos pela histórica omissão em não tratar e criar adequadamente um sistema de retaguarda para o cumprimento das medidas socioeducativas.

Nesta semana em que o Conanda propõe o debate, quero levantar esses aspectos. Minas Gerais até hoje não tem o plantão interinstitucional para agilizar o procedimento das medidas socioeducativas. Há 17 anos, acompanho a luta para que Minas tenha o plantão interinstitucional, um dos elos dessa engrenagem para o cumprimento das medidas socioeducativas.

Em Minas Gerais, não temos um sistema descentralizado para o cumprimento das medidas de internação. Diga-se de passagem, o Secretário Saporí, responsável pelo setor, meu colega de formatura em ciências sociais, é uma pessoa muito séria, competente, e tem feito grande esforço, mas ainda insuficiente, para dotar Minas Gerais. Não temos nenhum programa de apoio para os Municípios, como medidas de liberdade assistida, de prestação de serviços à comunidade e de programas mais universais de incorporação da juventude.

Aposto muito no programa Poupança Jovem, porque é uma primeira iniciativa do Estado, diferentemente do governo federal, que já tem o ProUni, o Bolsa-Família e, agora, ampliou o Fundeb. O governo federal vem fazendo sua parte na área social.

É preciso que Estados e Municípios invistam mais; e acredito que os Municípios terão agora uma condição um pouco melhor. O Presidente Lula, ontem, anunciou e solicitou a sua base de governo que aprove o aumento do Fundo de Participação dos Municípios, a fim de que estes possam ter recursos para pagar melhor a seu funcionalismo e também possam aplicar mais recursos em políticas sociais. É necessário que o governo estadual faça a sua parte.

Promoveremos, com a Comissão de Segurança Pública, esse debate na Assembléia. Discutiremos, sim, as questões jurídicas, penais e legais, mas, sobretudo, o fortalecimento de uma rede de proteção social inclusiva no Estado de Minas Gerais, a qual priorize a criança e o adolescente e defenda o jovem das garras do tráfico de drogas.

Esse é um compromisso inarredável das pessoas que defendem a vida - e a vida em plenitude -, e a condição do jovem e da criança de terem acesso a políticas públicas universais.

Sr. Presidente, outro assunto muito importante é do desastre ambiental gravíssimo ocorrido em Mirai, Muriaé e região. A empresa está fazendo um "jogo de empurra" com os atingidos e já quer abrir outra barragem na região. Devido à gravidade do assunto, que precisa de um aprofundamento, falarei numa próxima oportunidade.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, abordaremos diversos temas. Em primeiro lugar, transmito um convite do Sr. Zé Nunes, Prefeito de São João das Missões, o único Prefeito índio do Brasil. Convido esta Casa a participar do Encontro dos Povos Indígenas de Minas Gerais, que será realizado na reserva indígena dos índios xacriabás, em São João das Missões, minha cidade natal, nos dias 12, 13 e 14 deste mês. Aliás, essa é a maior reserva em Minas Gerais. Solicito desta Presidência a possibilidade de a TV Assembléia dar cobertura a esse importante encontro dos povos indígenas de Minas Gerais.

Faço um apelo à Secretária de Educação Vanessa Guimarães e uma solicitação ao Prefeito Zé Nunes, no que se refere ao transporte escolar dentro da reserva indígena dos índios xacriabás, que é muito grande. São mais de 50.000ha, e ainda não existe transporte escolar para os índios xacriabás. Solicitamos à Secretária de Educação que faça um estudo de viabilidade de repasse de recursos e de um convênio com a Prefeitura de São João das Missões, garantindo aos índios xacriabás o mesmo direito dos demais alunos da rede pública estadual, pois isso já acontece nos outros Municípios de Minas Gerais.

Agradecemos ao DNIT, ao Presidente Lula e ao Deputado Federal Virgílio Guimarães o apoio incansável. Graças a sua luta em Brasília conseguimos os recursos para o início das obras da BR-135, no trecho de Itacarambi, Manga e Montalvânia, há 10 anos sem nenhum tipo de manutenção. Aquele trecho ainda não é asfaltado, e há 10 anos essa estrada encontra-se em uma situação lastimável. As cidades de Montalvânia, Juvenília, Miravânia, São João das Missões e Manga ficaram ilhadas por diversos meses. Em Montalvânia, por exemplo, há meses não passa sequer um ônibus. Agora, graças a Deus, depois de muito esforço, foi autorizado esse serviço, e as máquinas já estão nas pistas. Estamos recuperando nossa estrada.

Quanto a esse mesmo trecho, temos uma importante informação a transmitir. Aliás, foi dito que esse trecho também foi incluído no PAC, para a sua pavimentação. Hoje estivemos no DNIT, com o Sr. Sebastião, Gerente Regional do órgão em Minas Gerais, para tratar dessa questão.

Faço um apelo aos Procuradores do DNIT: que dêem parecer favorável ao contrato anterior que existia entre o DNIT e o DER. Há quatro anos o DER licitou aquele trecho. Esperamos que o DNIT reconheça essa licitação e dê a ordem de serviço para que essa estrada seja pavimentada o mais rápido possível, colocando fim a um sofrimento de anos daquela população tão esquecida pelos diversos governos que passaram por Minas Gerais e pelo Brasil.

Também faço um apelo ao governo do Estado para que determine as forças de segurança do Estado, para que possamos solucionar a questão da segurança no Norte de Minas, especialmente nas cidades que fazem fronteira com o Estado da Bahia, como é o caso de Manga, minha cidade.

A cidade de Manga já se encontra há quase um ano sem Delegado, e a cidade de Montalvânia, há três anos. Além disso, elas estão precisando aumentar os seus efetivos, pois não existem Detetives nessas cidades. A criminalidade avançou na região. As cidades de Manga e Montalvânia se transformaram em uma grande rota do tráfico de drogas, com constante aumento da violência.

Precisamos urgentemente da criação de uma companhia da Polícia Militar na cidade de Manga, já que existe apenas um pelotão com dez policiais, para que se aumente o seu efetivo e, conseqüentemente, a segurança da população não só de Manga, mas de todo o seu entorno: São João das Missões, Itacarambí, Matias Cardoso, Jaíba, Montalvânia, Miravânia e Juvenília. Essas regiões se encontram totalmente abandonadas no que se refere à segurança pública.

Encerro minhas palavras fazendo um apelo a esta Casa, para que as nossas autoridades tomem as providências necessárias à segurança pública no Norte de Minas, principalmente nas cidades que fazem fronteira com o Sul da Bahia, como é o caso de Manga e Montalvânia. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde. Infelizmente, ocupo a tribuna na tarde de hoje para fazer um alerta sobre uma real preocupação que afetará a todos.

Neste momento, há um grande movimento das entidades de segurança pública de Minas Gerais e também dos sindicatos das áreas de saúde e educação do Estado. Essas categorias estão indignadas, por isso ficamos receosos de haver um grande "apagão" nos serviços prestados pelo funcionalismo público do Estado.

Os servidores estão indignados, e o motivo dessa indignação é o fato de ter sido descumprido o acordo firmado entre os servidores da segurança pública e o governo do Estado no dia 15/3/2007. À frente dessa negociação, representando o Governador, estavam o Comandante da Polícia Militar e o Chefe da Polícia Civil, que prometeram que o dia 9/4/2007 seria o dia D, ou seja, o dia-limite para que o Governador definisse e anunciasse o reajuste para os servidores de Minas Gerais, que têm um dos salários mais baixos do Brasil. Infelizmente, essa promessa não foi cumprida, e os servidores deram um ultimato.

Amanhã, os servidores da área de segurança pública vão realizar uma assembléia para tratar do assunto. Os servidores da educação também já marcaram o dia para a sua assembléia. Da mesma forma, os servidores da área da saúde. Estamos correndo um risco muito grande de sofrer um "apagão", uma greve geral do conjunto do funcionalismo público do Estado de Minas Gerais. Uma greve como nunca houve antes; uma greve unificada de todos os setores do funcionalismo público do Estado, que já não agüentam receber um salário de penúria, uma verdadeira miséria. Existem servidores recebendo menos de um salário mínimo. Eles estão inconformados, com razão, já que possuem um dos piores salários do Brasil. Enquanto isso, o Estado de Minas Gerais é o 2º Estado que mais arrecada ICMS.

A previsão orçamentária concretizada em 2004 foi de R\$17.000.000.000,00, e hoje ela já ultrapassou o valor de R\$30.000.000.000,00. Nesse período, o aumento das taxas da Cemig, nos últimos 10 anos, subiu quase 500%. O mesmo ocorreu com o IPVA. Portanto houve aumento da arrecadação, mas, infelizmente, o aumento salarial dos servidores não ocorre, assim como os investimentos nas áreas sociais. Os servidores estão realmente indignados, com razão, e ameaçam fazer uma paralisação geral.

Tenho em mãos, e compartilharei com V. Exas., o informativo do Gabinete Integrado das Entidades de Classe das Forças de Segurança de Minas Gerais, dirigido a toda a população mineira. (- Lê:)

"Governo trai o Comando, engana os policiais, mas a mobilização continua. O Governador não honrou com a palavra e traiu os comandos das polícias usando-os para enganar a tropa. A todo o momento, o governo mascara a realidade e utiliza as polícias mineiras como objeto de "marketing" institucional. Estamos lutando por nossos direitos, e novas estratégias serão adotadas pelas entidades de classe. O Gabinete Integrado das Entidades de Classe das Forças de Segurança de Minas Gerais prossegue com mobilização mais contundente em busca de melhoria salarial. Somente você, da família policial militar, civil e do Corpo de Bombeiros poderá dar resposta ao descaso do governo com as forças de segurança do Estado. Os Secretários de governo já tiveram reajuste de 19% em janeiro. As polícias mineiras continuam recebendo o 10º pior salário do Brasil. Não podemos deixar que o governo nos engane mais uma vez e prolongue por mais tempo o nosso reajuste salarial. Vamos permanecer unidos nessa luta. O processo do governo de Minas para atualizar os nossos salários parece mais uma operação tartaruga. Sem luta, não há conquista. Salário justo é igual à dignidade."

O Gabinete Integrado das Entidades de Classe das Forças de Segurança de Minas Gerais conta com o reforço dos Defensores Públicos, que também recebem um dos piores salários do País. Os advogados dos pobres, dos que mais precisam e lutam pela dignidade humana, estão em greve há mais de dois meses. Os servidores da educação também estão mobilizando-se. Uma professora P1 recebe menos de um salário mínimo.

Portanto, pela primeira vez no Estado, há uma grande unificação do funcionalismo público. É lógico que o objetivo desta Casa é intermediar as negociações e ajudar os servidores, para que o problema seja resolvido o mais rápido possível. O governo tem toda a condição para fazer isso. Temos de reconhecer que a dívida com o conjunto de servidores públicos é muito grande, vem arrastando-se há anos, e não ocorre apenas neste governo.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo a esta Casa. Sabemos que existem técnicos valorosos aqui enfrentando a mesma situação. Os servidores do Legislativo também anseiam por um pronunciamento referente ao reajuste, que é muito justo.

Manifestamos aqui todo o nosso apoio. O PT e o PCdoB discutirão, nas próximas reuniões, uma estratégia para fortalecer a luta dos trabalhadores. Podem ter certeza de que continuarão contando com o nosso apoio. Aliás, parabéns ao Deputado Sargento Rodrigues, que também está empenhando-se para que não haja uma grande paralisação, especialmente das forças de segurança pública. São várias as reivindicações da categoria, incluindo o auxílio-periculosidade, reivindicação antiga e promessa feita para encerrar uma paralisação dos servidores, mas que até hoje não foi cumprida. Esse auxílio faz justiça aos policiais militares e civis, ao Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários, que atuam em atividades de risco. Sendo assim, eles fazem jus ao adicional de periculosidade, estabelecido na Constituição Federal e na Constituição do Estado. Mas, infelizmente, esse benefício não sai do papel.

Vemos essa situação com indignação, porque talvez o próprio Governador não tenha conhecimento de tudo o que está ocorrendo. A nossa preocupação é que realmente o movimento, como está, possa ganhar força e ter proporções que saiam do controle. Aliás, chegou-nos a informação de que há um grande aparato, com binóculos, filmadoras e câmaras para registrar e identificar os servidores públicos que estão participando desses atos, dessas manifestações. É um direito dos servidores reivindicar melhores condições salariais e de trabalho. Preocupamo-nos todo esse aparato que foi montado para tentar identificá-los.

Esperamos que realmente o Governador tenha sensibilidade e a promessa seja cumprida. É justamente isso que reivindicam os servidores, que, aliás, nos lembram de que, só durante este governo, mais de 126 policiais foram mortos. Minas Gerais é o 2º Estado mais populoso do País, tem uma abrangência enorme e é subdividido em 853 Municípios, o que dificulta o trabalho da força de segurança e das nossas polícias. É uma região que faz fronteira com vários outros Estados. Não há condições de os policiais receberem salário tão baixo.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Weliton Prado, obrigado. Há um tema que certamente hoje une todos nós, que é a preocupação com a segurança pública e a necessidade de que tenhamos mais investimentos e atitudes concretas para oferecer mais segurança ao nosso cidadão. É claro que um dos principais investimentos é justamente na força humana e no trabalho de todos os profissionais da

segurança pública. É inevitável que, nesse processo de debate com o intuito de buscarmos soluções, façamos uma reflexão sobre a ligação entre fazer os investimentos e as fontes de recursos para isso. Quando se fala em aumento de salário, de estrutura penitenciária e de armamento, precisamos definir com clareza dinheiro e orçamento para que isso ocorra.

A minha primeira reflexão é que, nos últimos anos, o governo de Aécio Neves foi o que mais ampliou o orçamento da segurança pública em Minas Gerais. Isso é indiscutível. V. Exa. é testemunha disso, pois, como Deputado atuante, acompanha o Orçamento do Estado. Os números são muito fortes e mostram que, ao longo dos últimos quatro anos, o crescimento dos investimentos em segurança pública em Minas Gerais nunca foram tão elevados quanto nesse período. Basta dizer, por exemplo, que, em quatro anos, tivemos mais do que três vezes o número de vagas no sistema penitenciário estadual; aliás, isso ocorreu com investimentos do governo do Estado. O crescimento foi algo nunca visto. Tivemos também investimentos em recursos humanos, com a ampliação do número de policiais. Há muito tempo não havia concurso, e novos policiais foram contratados por meio dele. Além disso, foram feitos investimentos em aumentos salariais, armamento e novas viaturas; todavia, não é o suficiente. Precisamos fazer mais.

Aí, concluindo a minha reflexão, apresento a minha segunda ponderação. Precisamos unir forças para isso, e não simplesmente agir como no Rio de Janeiro, que, numa situação de calamidade, disseram: "Queremos que o governo federal mande o Exército para que tome conta, já que não damos conta". Ora, isso é tentar tapar o sol com a peneira.

Durante o período do ex-Presidente Fernando Henrique - aliás, alguns chegam aqui para dizer que ele nunca fez nada, pois não gostava de Minas -, o governo federal mandou um volume razoável de dinheiro para a construção de novas penitenciárias por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública. Nos últimos quatro anos, esse valor foi caindo e caindo, chegando a zero no último ano. O governo federal parou de enviar dinheiro para ajudar na segurança pública. Isso é algo muito sério. Agora, neste momento difícil que vivemos, e V. Exa. fala sobre os nossos servidores, o governo federal, em vez de reconhecer que precisamos valorizá-los, deseja proibir a greve no serviço público. Quer dizer, o governo federal lança agora esta questão: será proibido o servidor público de fazer greve. Logo, aproveito para solicitar a V. Exa. que reflita sobre isso que o governo do PT está propondo. Precisamos refletir bem sobre este momento. É hora de nos unirmos para resolver o grave problema da segurança, valorizando e respeitando o direito do servidor de reivindicar e, principalmente, de o governo federal contribuir com recursos para enfrentarmos esse problema.

Deputado Weliton Prado, obrigado pelo aparte.

O Deputado Weliton Prado* - Sabemos que a grande indignação dos servidores é com a palavra do Governador ter sido empenhada, mas não cumprida. Dia 9/4/2007 foi o dia-limite combinado com os servidores. Infelizmente, esse compromisso não foi honrado com eles, em especial com os servidores da segurança pública.

Sabemos que a cada dia os Municípios assumem mais atribuições tanto do poder público estadual quanto da União. Eles já não agüentam. É preciso rever o pacto federativo. Há, aliás, um trecho de uma canção de Mário Lago que sempre cito: "Uma cidade parece pequena se comparada com um País, mas é na minha, na sua cidade, que se começa a ser feliz". Isso é verdade, pois o cidadão mora nas cidades. Infelizmente, os Municípios não dão conta de arcar com todas as suas obrigações.

Participei da 10ª Marcha Nacional dos Prefeitos em Brasília. O governo Lula anunciou mais de R\$1.000.000.000,00 para os Prefeitos do País inteiro. Foi ovacionado por essa atitude. Aliás, diminuí a contrapartida das Prefeituras em relação ao PAC.

Tivemos uma reunião com os Prefeitos de Minas. Perguntei-lhes se havia algum Município que não assumia atribuições do governo do Estado em relação à segurança pública. Ninguém levantou a mão. Pedi também que levantassem a mão os Prefeitos dos Municípios que arcavam com combustível, manutenção de viaturas, pagamento das sedes. Todos levantaram a mão. Em relação ao transporte escolar, ocorreu o mesmo.

Então, o Município não agüenta. Temos de começar a rever o pacto federativo aqui no Estado. Estamos propondo uma redistribuição do ICMS, reivindicando um aumento maior para as Prefeituras. Estamos até apresentando um projeto de lei com esse objetivo. Houve a sugestão do Deputado Federal Virgílio Guimarães de que se aumente o repasse do Estado para os Municípios.

Já terminando, Sr. Presidente, parabeno os servidores públicos pela mobilização. Costumo dizer que os Poderes Legislativo e Executivo são como feijão, funcionam na pressão. Portanto, é preciso que haja reivindicação e mobilização.

Concluindo, quero dizer que participamos de uma comissão pela manhã, motivada por um requerimento apresentado pelo Deputado Antônio Júlio na Comissão de Defesa do Consumidor. Nela cobrávamos o parcelamento das multas de trânsito. Infelizmente, até hoje o governo não implantou esse parcelamento. Foi aprovado um projeto no dia 29/12/2006, sancionado pelo Governador, com uma emenda de nossa autoria que garantia esse parcelamento. O projeto cumpriu todos os trâmites, foi aprovado, sancionado e publicado, mas até hoje nada se fez.

O parcelamento das multas é um direito do cidadão. Apresentamos duas emendas ao projeto, a primeira para parcelamento das multas do IPVA, aliás entramos com uma ação por meio do Procurador-Geral do Estado. Depois de muita luta, de notificação, a Secretaria de Fazenda cumpriu, mas, infelizmente, a nossa representação ainda não surtiu efeito. Fazemos, então, mais uma manifestação ao Ministério Público para o cumprimento da Lei nº 15.956, aprovada e sancionada.

É crime de responsabilidade o descumprimento de uma lei. Caso o governo discorde, dê entrada a uma Adin no STF. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, público presente e todos que nos vêem pela TV Assembléia, é com muita alegria que venho a esta tribuna discutir um projeto de lei de minha autoria que chega em 1º turno, para ser votado por este Plenário.

Procurei refazer um projeto que foi arquivado na legislatura anterior, de autoria do então Deputado Márcio Kangussu, que, com muita sensibilidade, soube valorizar o consumo desse alimento, verdadeiro patrimônio alimentar de nossa cultura popular. A mandioca é a planta que mais se adapta ao semi-árido brasileiro, por ser tolerante a solos de baixa fertilidade e baixa distribuição das chuvas. Trata-se de cultura presente em todo o Estado, e seus derivados têm grande aceitação no mercado. Sua importância social e econômica, em razão de seu alto valor nutritivo e facilidade de cultivo, é fundamental, principalmente para as populações que vivem nas regiões Norte e Noroeste, nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Doce, e explicam o predomínio do seu cultivo pela agricultura familiar, o que mereceu de nossa parte um destaque especial no projeto de lei.

Falar de agricultura familiar é falar também de cerca de 40% da produção agrícola de nosso país e de 25% da área de cultivo, 84% ocupada com produção de mandioca. Isso explica o 2º lugar que o Brasil ocupa no mundo na produção desse tubérculo.

A mandioca tem, desde os primórdios da nossa história, ocupado um lugar destacado entre os alimentos consumidos por nossos primeiros habitantes. De fato, os índios cultivavam mandioca quando os portugueses aqui chegaram e promoveram o consumo desse alimento, o que significa promover o desenvolvimento sustentável, além de reconhecer os aspectos culturais que se relacionam ao seu consumo.

Além de instituir uma política estadual que estabelece competências do Executivo priorizando ações direcionadas para a agricultura familiar, pensamos também na importância da inclusão da farinha e de outros derivados nas cestas básicas distribuídas em todos os nossos programas sociais.

Caberá ao Estado delimitar área de cultivo, garantindo a qualidade da mandioca, além de incentivar a pesquisa nas áreas de plantio, processamento, beneficiamento e industrialização da mandioca e seus derivados.

A criação de mecanismos efetivos de proteção e estímulo aos empreendedores também deve ser uma preocupação do poder público.

Acreditamos que uma ação efetiva do governo mineiro nesse segmento agrícola proporcionará a elevação do nível das atividades econômicas nas regiões beneficiadas, gerando emprego e renda com sustentabilidade.

Esperamos também que haja um incentivo na utilização crescente da fécula de mandioca em substituição ao trigo, que hoje importamos por um preço alto. A fécula de mandioca pode ser utilizada, por exemplo, como componente do pão, levando à diminuição do custo desse alimento essencial na mesa de todos os brasileiros.

Incentivar a cultura da mandioca é combater a fome, por isso, esperamos que, além de aprovar o projeto, possamos garantir sua efetiva implementação, cobrando do Estado recursos, estimulando o setor empresarial e, principalmente, apoiando os agricultores familiares e pequenos produtores.

Gostaria ainda de mencionar dados do relatório da Emater sobre a produção de mandioca no Estado, em 2006: a mandioca de mesa ocupa uma área de 6.349ha, com a produção de 114.600t; a mandioca industrial ocupa uma área de 60.880ha, com a produção anual de 950.500t. Os Municípios que se destacam na produção de mandioca são: Januária, João Pinheiro, Turvolândia, Cachoeira de Minas e Patos de Minas. A maior área plantada concentra-se no Norte de Minas, com 18.780ha; no Jequitinhonha, com 12.300ha; no Noroeste, com 5.800ha; e no Sul, com 5.780ha.

Para encerrar, quero citar um velho ditado do Norte mineiro, que revela, com muita propriedade, a importância da cultura da mandioca para todos nós: "A farinha aumenta o pouco, esfria o quente e mata a fome de muita gente". Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente, Deputado José Henrique, os componentes da Mesa, os Deputados, as Deputadas e todos os que nos vêem pela TV Assembléia.

Abordarei dois temas nesta tribuna. Primeiro, comunico que tive a oportunidade de, há alguns minutos, participar da manifestação do funcionalismo público estadual por meio das suas diversas representações e da coordenação intersindical. Mais uma vez, eles se manifestam solicitando atendimento das reivindicações que as diversas categorias fizeram ao Governador Aécio Neves, como também daquelas que vêm fazendo, ao longo dos últimos anos, para garantir recomposição salarial, direitos e dignidade dos servidores.

Ao longo desses anos, com a luta organizada de categorias - a educação, por meio do Sind-UTE; a saúde, por meio do Sindsaúde; e as áreas integradas de segurança pública -, um grande número delas vem manifestando-se em relação aos direitos e ao reconhecimento do Estado pelo trabalho e condições deste. O plano de carreira foi uma conquista das categorias, do funcionalismo público. Em seguida, enviaram a esta Casa as tabelas salariais, que não responderam às expectativas dos servidores públicos. A propaganda da tabela salarial foi maior que o apresentado aqui.

Agora os servidores reivindicam, principalmente, a garantia da legislação que já foi aprovada por esta Assembléia e regulamentada pelo governo de Minas, que é a implementação da carreira. Esta não pode depender apenas de o Município ter receita. Trata-se de uma garantia de direito da organização dos servidores em Minas Gerais. O reposicionamento por tempo adicional de serviço é, fundamentalmente, uma reivindicação clara dos servidores públicos do Estado. Essa reivindicação foi apresentada na Assembléia, na Secretaria de Planejamento e ao Governador Aécio Neves.

Há uma segunda reivindicação importante. O atendimento do Ipsemg traz prejuízos a todos os servidores, especialmente do interior. É preciso ampliar, credenciar novas equipes e melhorar o atendimento na área da saúde realizado por meio do Ipsemg no Estado. O que é recolhido do salário do servidor deve ir diretamente para o Ipsemg, para que haja ampliação do atendimento, justa reivindicação de toda a categoria em Minas Gerais. Nós, Deputados, especialmente do interior, sentimos a necessidade desse atendimento pelo conjunto de reivindicações e demandas feitas pelos servidores, dadas as dificuldades de atendimento nas diversas áreas relacionadas à saúde. Essa reivindicação unifica toda a categoria em Minas Gerais, todos os setores do funcionalismo público.

A terceira reivindicação é que haja atendimento a cada categoria específica por órgão do Estado, conforme suas reivindicações e necessidades. Em nome da Bancada da Oposição - PT e PCdoB -, solidarizo-me com essas pessoas e solicito abertura de negociações junto ao governo do Estado para que Minas Gerais tenha uma política remuneratória digna para o conjunto dos servidores.

Desta tribuna, o Deputado Sargento Rodrigues disse que, na próxima semana, o governo de Minas irá anunciar a melhoria de salários dos servidores da segurança pública. Registramos esse avanço, que é um reconhecimento para a categoria e todos os servidores da área. Entretanto ressaltamos a necessidade de se ampliar o benefício para o conjunto dos servidores de Minas Gerais, até porque houve uma reivindicação unificada da coordenação sindical. Não é justo que apenas uma categoria tenha uma recomposição salarial, que, apesar de bem-vinda e defendida por nós, deve ser estendida aos demais servidores do Estado de Minas, que, há muitos anos, aguardam por isso. Há um passivo, um débito de Minas, do Governador de Minas, do Estado, ao longo dos últimos governos, para com os servidores. Lembro a educação, a saúde. Como queremos uma política pública de qualidade se não garantimos condições de trabalho e remuneração digna para o conjunto de servidores do Estado de Minas Gerais? Deixamos esse apelo à bancada do governo e ao Governador Aécio Neves, para que olhem para os servidores de Minas e tenham, de fato, ao longo desses quatro anos, um projeto de recomposição salarial e de digna política remuneratória para Minas Gerais.

O segundo tema que me trouxe à tribuna se refere aos 10 anos da Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios a Brasília. Esse tema já foi objeto de pronunciamento do Deputado da nossa bancada, Weliton Prado, mas gostaria de pronunciar-me sobre o tema.

Quero fazer uma reflexão sobre o momento. Trata-se de evento importante, porque a vida das pessoas acontecem, de fato, no Município. É ali que, no cotidiano das políticas públicas, cobram e merecem receber o atendimento dos seus direitos e das suas necessidades. Por essa razão, é mais do que justo que Prefeitos e Prefeitas e governos municipais, organizadamente, manifestem-se em Brasília, reivindicando ações do

governo Lula. No meu entendimento e também no do Deputado Weliton Prado, essas marchas deveriam acontecer também nos Estados do País. Deveríamos ter uma marcha dos Prefeitos e Prefeitas a Belo Horizonte, porque os governos, incluindo o de Minas, têm muito o que fazer para atender aos Municípios.

Mas me refiro à marcha em âmbito nacional, que contou com a presença de mais de três mil Prefeitos. De fato, o anúncio feito pelo Presidente Lula - aplaudido de pé por mais de três mil Prefeitos - é que, ao longo dos anos, desde o seu primeiro mandato, em todos os anos, ele recebeu dignamente os Prefeitos e Prefeitas em Brasília; o que não aconteceu nos anos anteriores.

Uma das marchas ficou emblemática: a primeira marcha dos Prefeitos, ocorrida em 1998, quando mais de mil Prefeitos foram a Brasília, e, ao chegarem lá, foram recebidos não pelo Presidente da República ou pelos Ministros, mas pela Polícia Militar do Planalto. Nenhum Prefeito e muito menos as suas representações foram recebidos pelo governo federal da época, o que demonstrou um descompromisso com a representação da Marcha em Defesa dos Municípios.

Que bom que, de lá para cá, essa experiência ficou marcada na vida dos Municípios. Agora, já comemoram 10 marchas, e, nas últimas quatro, desde 2003, os Prefeitos são recebidos de maneira digna pelo Presidente Lula. Aliás, fazem reuniões que antecedem a marcha, discutindo grande parte das reivindicações para que elas possam ser apresentadas no momento em que ela acontece.

Quero relatar algumas reivindicações feitas pelos Municípios que foram atendidas nesses quatro anos de governo Lula e o que já foi anunciado neste ano. Primeiramente, abertura de diálogo entre os diversos entes federados, com a criação do Comitê de Articulação Federativa nas diversas estatais, nas salas dos Prefeitos, no Congresso e na Casa Civil. Em 2003, no primeiro ano em que o Presidente Lula recebeu os Prefeitos, na área da saúde foi anunciado o aumento de 1,8 bilhões para 2,1 bilhões no Programa Saúde da Família, o investimento de 152 milhões para aumentar o PAB de 10,5 para 12 por habitante, e os Municípios inscritos no Programa Fome Zero tiveram seus recursos dobrados para a compra de medicamentos.

Na área de saneamento, em 2003, foram anunciados 600 milhões para os Municípios inscritos no Programa Alvorada, e o Ministério das Cidades, no início do governo, garantiu aos presentes que 310 milhões de restos a pagar de 2002 seriam pagos em projetos de habitação e de saneamento básico. Isso tudo aconteceu em 2003.

Até 2006, uma série de mudanças aconteceu na vida dos Municípios. Primeiramente, quero relatar o repasse direto do salário-educação. Antes, este era repassado aos Estados, e, ao longo desses últimos anos, foi repassado diretamente aos Municípios.

O recurso sai direto do Tesouro Nacional para as Prefeituras, saltando de R\$663.000.000,00, em 2003, para R\$2.000.000.000,00, em 2006. Os repasses do FPM cresceram R\$6.000.000.000,00, em termos reais, entre 2003 e 2006. As transferências constitucionais cresceram 43% entre 2000 e 2006. Também houve um aumento significativo no repasse da merenda escolar, que ficou congelada desde de 1995 e que teve um aumento de 70% entre 2003 e 2006. E também o repasse do Ministério da Saúde, que passou de R\$5.000.000.000,00 para R\$15.000.000.000,00 em 2006 - um aumento de 300%.

O que avaliamos é que, mesmo que ainda - e temos essa consideração a fazer - haja uma concentração de recursos em Brasília, há toda uma disposição do Presidente Lula em, cada vez mais, valorizar as políticas públicas na vida das pessoas e dos Municípios. Podemos citar o Programa Bolsa-Família. São mais de R\$8.000.000.000,00 que chegaram por ano, nos últimos quatro anos, a cada família. São 11,1 milhões de famílias que recebem o Bolsa-Família, além dos diversos programas sociais que chegam aos Municípios brasileiros.

De fato, hoje existe uma municipalização de parcela dos recursos federais. É claro que há ainda muito a perseguir e a avançar e muito a receber por parte dos Municípios brasileiros.

Para finalizar, na semana da 10ª Marcha, o Presidente Lula anunciou - como foi bem falado pelo Deputado Weliton Prado - a redução da contrapartida dos Municípios. Isso tem muita importância, Deputados Dalmo Ribeiro Silva e José Henrique, nas políticas públicas dos Municípios de até 50 mil habitantes - a grande maioria dos Municípios brasileiros. Contrapartida que, em muitos casos, chega a até 20% e será reduzida para até 0,1%, especialmente nos projetos relacionados ao PAC, em habitação e saneamento, para a maioria dos Municípios brasileiros. Essa é uma grande conquista, além do acréscimo de 1% em relação ao FPM.

Queria também registrar a necessidade de discutirmos o pacto federativo em Minas Gerais. É muito importante, e nos somamos aos Municípios na discussão da regulamentação da Emenda nº 29, fruto de debate nesta Casa legislativa, para que não haja nenhuma dúvida de nenhum Governador de que tem que haver compromisso de 15% com a saúde nos Estados brasileiros, incluindo Minas Gerais.

Também queria registrar que os Municípios de Minas e do Brasil ainda transportam os alunos da rede estadual, e são reembolsados em apenas 20%, em média. Isso é responsabilidade do Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, têm que assumir a manutenção das Polícias Civil e Militar, no interior, fornecendo gasolina, telefone, luz e, muitas vezes, equipamentos, viaturas e até pessoal.

Em relação ao Judiciário, para garantir o funcionamento da Justiça Eleitoral, da Defesa do Consumidor, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais, muitas vezes, a Prefeitura tem que arcar com equipamentos e até pessoal.

Então, quero deixar o registro de que, de fato, defendemos também o pacto federativo, mais no que diz respeito à valorização do Município e a relação que ele tem e deve ter com o Estado de Minas Gerais. Também queremos discutir o quanto o Município é penalizado, na nossa avaliação, quando aprovamos a redução de impostos ou mesmo o Regime Especial de Tributação em relação às grandes empresas. E os Municípios também são penalizados na redução de ICMS e no seu repasse.

Para finalizar, queria propor aos Municípios de Minas Gerais que, tal como fizeram com a Marcha a Brasília, façam a marcha dos Municípios a Belo Horizonte para apresentar as dificuldades que os Municípios enfrentam para receber os recursos do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Líder da Maioria, Deputado Domingos Sávio, Srs. Prefeitos, Vereador Marquinhos, de Santa Rita do Sapucaí, região da qual tenho a honra de ser o Deputado majoritário, senhores, senhoras, pessoal da TV Assembléia, também gostaria de fazer algumas reflexões. Como não tive oportunidade de falar em outro momento da reunião, solicitei a palavra pelo art. 70.

Gostaria de fazer uma reflexão acerca dos momentos importantes que estamos vivendo em Minas Gerais. No tocante ao Pró-Acesso, lembro-lhes que segunda-feira iniciamos um importante momento com o Governador. O Sul de Minas foi beneficiado com dois trechos muito necessários à região. Refiro-me ao trecho de 18km que vai de Consolação a Paraisópolis, bem como ao trecho de Toledo à BR-381, na região Sul de Minas. Essa obra trará melhores condições de vida para a população local e viabilizará o escoamento das riquezas da região. Ter essa rodovia asfaltada é um grande sonho da população.

Na oportunidade, manifestei os agradecimentos dos Municípios ao Governador, cuja bela atitude está sendo demonstrada na realização da terceira etapa do Pró-Acesso. Desde que o Governador assumiu o Estado, tem buscado, juntamente a esta Casa, realizar importantes gestões, como a viabilização de empréstimos internacionais junto ao Bird, a fim de executar a importante obra de recuperação da malha viária do Sul de Minas, bem como de todo o Estado de Minas Gerais.

Naquela tarde, foram autorizados 800km, cuja obra terá início imediatamente, beneficiando-se, assim, 34 Municípios que ainda não contam com malha asfáltica e 1.500.000 habitantes. Com certeza, a população em breve poderá utilizar essa estrada tão sonhada.

Sr. Presidente, registro então a nossa satisfação, tendo em vista que a região do Sul de Minas foi beneficiada. V. Exa. também esteve lá, representando seus Municípios, oportunidade em que agradeceu ao Governador o benefício que será dado a todos os mineiros.

Ontem, no Palácio da Liberdade, participamos de outro momento importante. Parabenizo o Cel. Honorato, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, que, junto com o Governador, entregou 143 viaturas ao Corpo de Bombeiros, num investimento de R\$15.100.000,00. Na oportunidade, o próprio Comandante demonstrou sua grande satisfação. Esse fato é também, sem dúvida, fruto do trabalho feito por esta Assembléia no tocante à taxa de incêndio, pois os recursos são convertidos em equipamentos e veículos para as unidades do Corpo de Bombeiros do Estado.

No Sul de Minas, representamos ainda os Municípios de Pouso Alegre, Itajubá, São Lourenço, que também receberam viaturas, já que, há algum tempo, o Corpo de Bombeiros da nossa região tem feito essa reivindicação.

Sr. Presidente, nesta semana tive também o prazer de acompanhar os representantes do Circuito das Malhas do Sul de Minas, particularmente os da minha querida Ouro Fino, bem como os de Jacutinga, Monte Sião, Borda da Mata e Inconfidentes, cidades que integram o referido Circuito. Estamos enfrentando grandes dificuldades, em decorrência da invasão de produtos chineses em nossa região.

Há pouco tempo, discutimos aqui, em comissão especial, a necessidade de se combater a invasão dos produtos chineses.

Nosso Sul de Minas tem sido prejudicado pela invasão dos produtos chineses, particularmente na entrada de mercadorias produzidas de tricô e malhas, o que tem afetado, sem dúvida alguma, nossa economia.

Mesmo assim, não nos abatemos. Hoje o Sul de Minas está gerando mais de 20 mil empregos. Temos um fluxo de visitantes no circuito de aproximadamente de 30 mil a 40 mil turistas a cada dois meses, cerca de 15 mil por mês, conforme dados estatísticos que foram apresentados pelos Presidentes das associações comerciais no encontro que tivemos com nossa Secretária Érica Dumont. Estivemos lá para demonstrar, acima de tudo, a nossa esperança no Circuito das Malhas.

O Sul de Minas hoje tem também como economia a cafeicultura e a pecuária, mas o carro-chefe de Monte Sião, de Jacutinga, de Ouro Fino, de Inconfidentes, de Borda da Mata e de Bueno Brandão, que fazem parte do Circuito, é, sem dúvida alguma, o comércio de malhas. Temos a certeza absoluta de que agora, com o início do inverno - e pediremos a Deus -, possam as malharias ter suas máquinas em funcionamento, gerando empregos e economia para os nossos Municípios. Isso se traduzirá em alegria, paz e geração de novos empregos.

Sr. Presidente, desde 1999 estamos aqui na Casa buscando ações efetivas por parte do governo do Estado e por conta também do apoio integral da Assembléia Legislativa à redução de ICMS do setor têxtil, que aqui tivemos em três oportunidades. Isso contribuiu efetivamente para o aumento das malharias do nosso Sul de Minas. Amanhã, na cidade de Jacutinga, teremos a posse do novo Conselho Diretor do Circuito das Malhas, que terá no período 2007-2009 uma nova gestão.

Quero dizer da nossa alegria, dada a seriedade que o Circuito das Malhas vem implementando, e já conseguimos sua certificação perante o governo do Estado. É o reconhecimento do governo do Estado, através da Secretaria de Turismo, em decorrência do trabalho sério que o Circuito das Malhas vem desenvolvendo, traduzindo-se assim em empregos para nossa região Sul.

Com o início do inverno, teremos inúmeras feiras em Monte Sião, em Jacutinga, em Ouro Fino, em Borda da Mata, com as tradicionais festas de junho e julho, e Inconfidentes fazendo parte do Circuito.

Sr. Presidente, no dia 17/4/2007, terça-feira, teremos a assinatura do contrato Minas Comunica. Recentemente, na Casa, aprovamos o projeto do Fundomic, que, sem dúvida alguma, traduz os anseios de toda a comunidade de todos os Municípios que ainda não têm sua telefonia celular. O Governador do Estado, em um segundo momento, já determinou a assinatura de novos contratos com as operadoras, oferecendo a telefonia celular aos Municípios.

Com esse trabalho e esse comprometimento político do Governador para com os Municípios, tenho a certeza absoluta de que até o início do ano que vem todos os Municípios mineiros terão sua torre de celular, trazendo assim a marca do desenvolvimento e da qualidade de vida ao povo mineiro.

Por diversas razões, o próprio Governador também já manifestou sua intenção de fazer com que nenhum Município mineiro permaneça sem torre de celular. Recentemente, estivemos no Município de Conceição das Pedras, o primeiro Município do Sul de Minas a ter sua torre instalada, em decorrência da segunda etapa do Fundomic.

Manifesto nossa satisfação e reconhecimento por esse grande momento que o Sul de Minas está vivendo. Recentemente, realizamos uma audiência pública nesta Casa, com a presença de vários representantes e Vereadores do Sul de Minas, com o objetivo de se discutir a BR-460, no que se refere ao trecho que liga várias cidades da nossa região. Referentemente ao Circuito das Águas, há muito tempo, a BR-460 necessita de uma recuperação urgente. Foi anunciada pelo próprio representante do DNIT a liberação de recursos para o início de suas atividades, ou seja, pavimentação e reconstrução dos canais importantes desse trecho da BR-460.

Estamos confiantes em que, em poucos dias, ocorrerá a recuperação dessa malha viária. Os Prefeitos, os Vereadores e as associações comerciais estiveram aqui, para debater esse tema. Temos preocupação com a rede hoteleira do Circuito das Águas, especificamente Lambari, Cambuquira, Caxambu, São Lourenço e Conceição do Rio Verde. Essas pessoas estão sempre presentes, participando do Circuito das Águas, das estâncias hidrominerais, e necessitam de um tráfego com conforto e segurança pela BR-460.

Sempre estaremos voltados para os interesses dos mineiros, particularmente os da região Sul, pela qual temos demonstrado carinho. Há receptividade do Governador Aécio Neves em atender aos pedidos que estamos formulando em benefício de nossa querida Ouro Fino, de nossa região e de todo o Estado de Minas Gerais. Agradeço a V. Exa.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/4/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eros Biondini

nomeando Luciano Palma Procópio Bretas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando Luiz Martins dos Santos Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

nomeando Marília Gonçalves dos Santos Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 5/4/07, Silvana Reis Thomaz Simões do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 5/4/07, Pollyanna Rodrigues Batista da Silva do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Gustavo Adolfo de Castro Vasconcellos para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Dilma Sandra de Carvalho Silva Passos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Rita de Cássia Peixoto Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 30/4/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço anual por lote, tendo por finalidade a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de conexão de dados.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2007

CONVITE Nº 2/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia para proceder a reforma de um sanitário localizado no andar térreo do Palácio da Inconfidência.

Licitantes habilitadas: Construtora Mega Ltda. - ME, Paineira Engenharia Ltda., Inconfidência Engenharia e Empreendimentos Ltda. e Alpa Construtora Ltda. - ME.

Licitante inabilitada: Objetiva Construções e Serviços Ltda.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2006

CONCORRÊNCIA Nº 5/2006

DECISÃO DO SR. DIRETOR-GERAL

Conheço da impugnação apresentada pela empresa Elevadores Atlas Schindler S.A. à Concorrência nº 5/2006, que se refere à contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e adequação de cabines. Todavia, decido por indeferir as postulações constantes da impugnação, tendo em vista os fundamentos apresentados pela Gerência-Geral de Manutenção e Serviços à fl. 267 do processo e na Ata da 19ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação em 16 de abril de 2007.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: HDI Seguros S.A. Objeto: contratação de seguro total para 16 veículos. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 339039.